

Nº	Atividade	Controle no Processo	Avaliação de Controle Auditor	Avaliação do Controle Gestor	Causa	Evento	Consequência	Risco Residual	Nível de Risco	Dentro do Apetite a Risco	Justificativa para caso não adote alguma ação	Descrição da Ação	Gestor	Data Início	Data Final	Atualização (Março 2021)
1.1	Elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização	Processos de licenciamento	Fraco	Mediano	Normalmente são licenciados tendo menor prioridade de demanda em relação aos irregulares	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	8,644	MÉDIO	Sim	A metodologia do PAF prevê priorização das tipologias de fiscalização que apresentam maior fator de pressão ambiental e menor controle administrativo pelo órgão em cada regional. Além disso os empreendimentos regularizados possuem rotinas específicas de acompanhamento e controle. Por fim, de 2019 a 2022, o Programa de Eficiência Ambiental - PEA prevê um incremento percentual médio de 30% do total de fiscalizações de desmatamento e de atividades minerárias. Sendo assim, as metas de fiscalização de atividades minerárias preveem a realização de fiscalizações em 2019, englobando todas atividades da listagem A da DN 217/2017 e 74/2004.					
1.2		Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano	Não ter capacidade técnica específica para complexidade da fiscalização	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	4,322	MÉDIO	Não		Realização de treinamentos para capacitação técnica, ministrados pelos servidores do Programa de Barragens	FEAM	ago/19		O Servidor Alder Marcelo de Souza, especialista em segurança de barragens, ministrou treinamento para subsidiar a atuação de fiscalização de barragens das Suprams no período compreendido entre 17 a 19 de agosto de 2019. Após a edição das regulamentações previstas para serem editadas no ano de 2021, conforme Cronograma 1, será elaborado manual de fiscalização (vide Cronograma 2) para orientação às Suprams.
1.3		Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano	Complexos minerários terem bom desempenho ambiental apresentado em estudos	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	2	BAIXO							
1.4		Fiscalização de barragens pela FEAM	Fraco	Mediano	Não criar critério de fiscalização concorrente com FEAM para não gerar duplicidade na fiscalização de barragens	Critérios não considerarem relevantes os complexos minerários	Complexos minerários não serem fiscalizados	1	BAIXO	Não		Regulamentação da Política Estadual de Segurança de Barragens - PESB, com a definição das funções de cada órgão do SISEMA para que não aconteçam sobreposições na fiscalização.	FEAM	ago/19	mai/20	O Sisema apresentou uma proposta de Deliberação Normativa para regulamentar a Lei 23.291/2019 na 138ª reunião ordinária da Camara Normativa Recursal- CNR do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, que ocorreu em 08 de janeiro de 2020. E, após receber as contribuições das intuições que pediram vistas, e os posicionamentos exarados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, foi publicado em 26/02/2021 o Decreto 48.140 de 25 de fevereiro de 2021 que regulamenta a PESB, que pode ser acessado através do link http://jornal.ief.mg.gov.br/jornal/handle/123456789/244464 . Acompanha cronograma detalhado sobre as providências a serem adotadas com a publicação do decreto de regulamentação da Lei 2.391/2019, conforme Cronograma 1.
1.5		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Falta de sistema integrado com dados retroalimentados	Critérios não considerarem dados retroalimentados nos sistemas	Montar um plano de trabalho sem representatividade de	5,438	MÉDIO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Tais sistemas trarão maior confiabilidade às informações, e após o desenvolvimento de tais sistemas, será analisada a necessidade de integração dos sistemas atuais, observando o custo-benefício dessa ação.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	Ficou estabelecido entre a Subsecretaria de Fiscalização Ambiental e Superintendência de Tecnologia da Informação que: 1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022. 2) o desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021) 3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas. Além disso, ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.
1.6		Possibilidade de readequação do PAF	Inexistente	Satisfatório	O PEA é realizado depois dos critérios do PAF	Criar critérios sem ter as diretrizes atualizadas do PEA aprovadas	Obrigatória de readequação do PAF	9,76	MÉDIO	Sim	Para o ano de 2020 e subsequentes, o PAF será elaborado já tendo conhecimento das metas do PEA, uma vez que estas foram pactuadas em 2018, por um período de 4 anos. Caso haja alguma alteração destas metas, o PAF poderá ser readequado, minimizando a interferência nas ações previamente propostas.					
1.7					Não tem acesso (Fauna - IBAMA - falta entendimento sobre os dados)	Não ter base de dados sobre assuntos específicos (Fauna)	Não considerar estes assuntos na fiscalização	19,612	ALTO	Não		Articular reunião entre órgãos ambientais estaduais, municipais e federais, entidades de pesquisas entre outros expoentes, para avaliação da possibilidade de criação de bases de dados que abordem temática da fauna.	Gabinete SUFIS	ago/19	mar/20	Estão sendo desenvolvidos trabalhos interinstitucionais, que serão formalmente instituídos através de termos de Cooperação Técnica, que se encontram em fase de formalização. Previsão para conclusão da formalização: Junho 2021. - Grupo de trabalho sobre animais domésticos, do qual participam: SEMAD, PCMG, PMMG, MPMG, UFMG e ALMG; - Grupo de trabalho sobre tráfico de animais silvestres, do qual participam: IBAMA, IEF, PRF, PMMG, PCMG, SEMAD e ALMG. Prazo para conclusão dos trabalhos: Dezembro/2022. - Em parceria com MPMG e UFMG está sendo produzido material educativo voltado para professores da rede pública e privada de MG, com temas relacionados ao direito animal, manejo ético populacional, guarda responsável e prevenção de zoonoses. Prazo para conclusão: Julho/2021. - Elaboração de documentos para orientação aos municípios e associações de proteção animal que recebem indicação de emendas parlamentares destinadas à fauna doméstica. Tais documentos estão disponíveis para consulta no SEI 1370.01.0008878/2021-57. Prazo para conclusão: Abril/2021. - Criação de banco de dados com informações sobre cães, gatos e equídeos, coletadas a partir de diagnóstico enviado para todos os municípios do Estado, via Google formulários (https://forms.gle/8zhEMtVHvL7eZN4k8). Até o momento foram recebidas 164 respostas. Prazo para conclusão: Julho/2021. - Participação na elaboração de PL de iniciativa do poder executivo sobre fauna, em conjunto com IEF. Manifestação concluída em janeiro de 2021 e enviada por e-mail para janaina.aguiar@meioambiente.mg.gov.br em 05/02/21. - Proposição de Resolução que cria o cadastro estadual de protetores de animais e entidades de proteção animal voltada para fauna doméstica. Previsão de conclusão: Julho/2021. - Participação na elaboração de resolução regulamentadora do Decreto de PAEBM, coordenado pela Feam, na parte dos impactos sobre a fauna doméstica. conclusão: Janeiro/2021. (Processo SEI 2090.01.0005299/2020-79)
1.8					Falta de dados robustos e sistemas integrados	Considerar mais critérios reativos simples em detrimento dos critérios estratégicos	Montar um plano de trabalho sem representatividade de	5,438	MÉDIO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Tais sistemas trarão maior confiabilidade às informações, e após o desenvolvimento de tais sistemas, será analisada a necessidade de integração dos sistemas atuais, observando o custo-benefício dessa ação.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	Em acordo com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e Subsecretaria de Fiscalização Ambiental ficou estabelecido que: 1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022. 2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021) 3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas. Em relação à Subsecretaria de Regularização Ambiental, ficou estabelecido, em conjunto com a STI, que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.
2.1	Elaborar Proposta de Planejamento de Fiscalização	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Não obrigar o preenchimento dos campos relevantes	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	6,128	MÉDIO	Não		Realizar consistência dos bancos de dados de atos autorizativos sob sua gestão. Será avaliado internamente o custo/benefício de realizar uma manutenção no SIAM para que a informação seja armazenada de forma estruturada, facilitando sua utilização ou se a demanda será contemplada no desenvolvimento do sistema de licenciamento ambiental.	SURAM/SUTAF/SUFIS	ago/19	ago/20	Logo nos primeiros meses do início da pandemia/período de teletrabalho, foi feita grande mobilização das Diretorias Regionais de Fiscalização para realizarem consistência do banco de dados do SISFIS. Contudo, uma falha do sistema no campo "operação" levou à interrupção do trabalho até a conclusão da manutenção pela TI Sisema. Esta manutenção só ocorreu no final do ano, o que inviabilizou a retomada do trabalho de consistência, em virtude da retomada parcial dos trabalhos em campo pelas equipes de fiscalização. Segue cronograma previsto pela subsecretaria de fiscalização ambiental em relação ao SISFIS: - Até 31/03/2021 será atualizado o levantamento de erros de cadastros no SISFIS - Até 07/04/2021 envio do levantamento atualizado para as unidades usuárias do sistema - Até 07/07/2021 prazo para as unidades procederem a correção dos erros identificados No que tange à subsecretaria de regularização ambiental, verificou-se que a possibilidade de migrar informações do SIAM para SLA se mostrou inviável. Neste sentido, as ações de inserção de atos autorizativos emitidos, na plataforma SIAM tem sido realizada pelas Superintendências de forma gradativa. A Suram solicita até 30/04/2021 para avaliação e levantamento dos erros e 31/08/2021 para os ajustes necessários para correção dos erros
2.2		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Não obrigar o preenchimento dos campos relevantes	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixa de considerar a informação que é deficiente	4,88	MÉDIO	Não		Realizar consistência dos bancos de dados de atos autorizativos sob sua gestão. Será avaliado internamente o custo/benefício de realizar uma manutenção no SIAM para que a informação seja armazenada de forma estruturada, facilitando sua utilização ou se a demanda será contemplada no desenvolvimento do sistema de licenciamento ambiental.	SURAM/SUTAF/SUFIS	ago/19	ago/20	Logo nos primeiros meses do início da pandemia/período de teletrabalho, foi feita grande mobilização das Diretorias Regionais de Fiscalização para realizarem consistência do banco de dados do SISFIS. Contudo, uma falha do sistema no campo "operação" levou à interrupção do trabalho até a conclusão da manutenção pela TI Sisema. Esta manutenção só ocorreu no final do ano, o que inviabilizou a retomada do trabalho de consistência, em virtude da retomada parcial dos trabalhos em campo pelas equipes de fiscalização. Segue cronograma previsto pela subsecretaria de fiscalização ambiental em relação ao SISFIS: - Até 31/03/2021 será atualizado o levantamento de erros de cadastros no SISFIS - Até 07/04/2021 envio do levantamento atualizado para as unidades usuárias do sistema - Até 07/07/2021 prazo para as unidades procederem a correção dos erros identificados No que tange à subsecretaria de regularização ambiental, verificou-se que a possibilidade de migrar informações do SIAM para SLA se mostrou inviável. Neste sentido, as ações de inserção de atos autorizativos emitidos, na plataforma SIAM tem sido realizada pelas Superintendências de forma gradativa. A Suram solicita até 30/04/2021 para avaliação e levantamento dos erros e 31/08/2021 para os ajustes necessários para correção dos erros
2.3		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Não obrigar a digitalização dos documentos	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Elaborar uma proposta com informações equivocadas	6,128	MÉDIO	Não		Realizar consistência dos bancos de dados de atos autorizativos sob sua gestão. Será avaliado internamente o custo/benefício de realizar uma manutenção no SIAM para que a informação seja armazenada de forma estruturada, facilitando sua utilização ou se a demanda será contemplada no desenvolvimento do sistema de licenciamento ambiental.	SURAM/SUTAF/SUFIS	ago/19	ago/20	- Logo nos primeiros meses do início da pandemia/período de teletrabalho, foi feita grande mobilização das Diretorias Regionais de Fiscalização para realizarem consistência do banco de dados do SISFIS. Contudo, uma falha do sistema no campo "operação" levou à interrupção do trabalho até a conclusão da manutenção pela TI Sisema. Esta manutenção só ocorreu no final do ano, o que inviabilizou a retomada do trabalho de consistência, em virtude da retomada parcial dos trabalhos em campo pelas equipes de fiscalização. Segue cronograma previsto pela subsecretaria de fiscalização ambiental em relação ao SISFIS: - Até 31/03/2021 será atualizado o levantamento de erros de cadastro no SISFIS - Até 07/04/2021 envio do levantamento atualizado para as unidades usuárias do sistema - Até 07/07/2021 prazo para as unidades procederem a correção dos erros identificados No que tange à subsecretaria de regularização ambiental, verificou-se que a possibilidade de migrar informações do SIAM para SLA se mostrou inviável. Neste sentido, as ações de inserção de atos autorizativos emitidos, na plataforma SIAM tem sido realizada pelas Superintendências de forma gradativa. A Suram solicita até 30/04/2021 para avaliação e levantamento dos erros e 31/08/2021 para os ajustes necessários para correção dos erros

2.4		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Não obrigar a digitalização dos documentos	Deficiências das informações nas Licenças emitidas no SIAM (não ter coordenadas, não ter TAC)	Deixar de considerar a informação deficiente	4,88	MÉDIO	Não		Realizar consistência dos bancos de dados de atos autorizativos sob sua gestão. Será avaliado internamente o custo/benefício de realizar uma manutenção no SIAM para que a informação seja armazenada de forma estruturada, facilitando sua utilização ou se a demanda será contemplada no desenvolvimento do sistema de licenciamento ambiental.	SURAM/SUTAF/SUFIS	ago/19	ago/20	<p>- Logo nos primeiros meses do início da pandemia/período de teletrabalho, foi feita grande mobilização das Diretorias Regionais de Fiscalização para realizarem consistência do banco de dados do SISFIS. Contudo, uma falha do sistema no campo "operação" levou à interrupção do trabalho até a conclusão da manutenção pela TI Siema. Esta manutenção só ocorreu no final do ano, o que inviabilizou a retomada do trabalho de consistência, em virtude da retomada parcial dos trabalhos em campo pelas equipes de fiscalização. Segue cronograma previsto pela subsecretaria de fiscalização ambiental em relação ao SISFIS:</p> <p>- Até 31/03/2021 será atualizado o levantamento de erros de cadastros no SISFIS</p> <p>- Até 07/04/2021 envio do levantamento atualizado para as unidades usuárias do sistema</p> <p>- Até 07/07/2021 prazo para as unidades procederem a correção dos erros identificados</p> <p>No que tange à subsecretaria de regularização ambiental, verificou-se que a possibilidade de migrar informações do SIAM para SLA se mostrou inviável. Neste sentido, as ações de inserção de atos autorizativos emitidos, na plataforma SIAM tem sido realizada pelas Superintendências de forma gradativa.</p> <p>A Suram solicita até 30/04/2021 para avaliação e levantamento dos erros e 31/08/2021 para os ajustes necessários para correção dos erros</p>
3.1					Deficiência na divulgação e mobilização do evento on line	Dificuldade na mobilização do pessoal interessado	Perda de tempo na consulta com pouca contribuição	4,88	MÉDIO	Não		Retirar a Consulta Pública direcionada à sociedade civil, pois a experiência dos últimos anos demonstrou pouca efetividade no retorno obtido, principalmente por haver uma confusão entre consulta e denúncia, além de comentários e críticas superficiais, que agregam pouco valor ao trabalho. De forma a contornar, no ano de 2020 a consulta será mantida e direcionada para os órgãos do SISEMA e conselhos (COPAM, CERH e Câmaras Técnicas). Além disso, o formulário online de resposta da consulta pública, será parametrizado para que as contribuições sejam distinguidas por regional SEMAD, agenda ambiental e ainda com a possibilidade de indicação de estudo que subsidie a contribuição apontada.	Gabinete SUFIS	ago/19	dez/19	<p>Nos anos anteriores o Diagnóstico Ambiental foi apresentado para Consulta Pública, com objetivo de ampliar a democratização no processo de sua construção, além de atualizar e melhor delimitar o cenário ambiental em Minas Gerais. No ano de 2020, devido ao período eleitoral, este processo foi suspenso. Ficando definido que será executado bienalmente, evitando assim anos eleitorais.</p> <p>Segue cronograma previsto pela SUFIS:</p> <p>-Até 04/06/2021 reunião de alinhamento com ASCOM para planejar um plano de comunicação para a consulta pública;</p> <p>- Até 01/07/2021 produção das minutas de peças de publicidade;</p> <p>- Até 16/07/2021 aprovação das peças de publicidade;</p> <p>- 02/08/2021 a 31/08/2021 período de divulgação e recebimento das contribuições;</p> <p>- Até 10/09/2021 compilação das contribuições.</p>
3.2	Submete à consulta pública				Falta de qualificação das demandas da sociedade	Falta de olhar estratégico do público em prol do interesse pontual ou pessoal	Perda de tempo na consulta com pouca contribuição	4,88	MÉDIO	Não		Retirar a Consulta Pública direcionada à sociedade civil, pois a experiência dos últimos anos demonstrou pouca efetividade no retorno obtido, principalmente por haver uma confusão entre consulta e denúncia, além de comentários e críticas superficiais, que agregam pouco valor ao trabalho. De forma a contornar, no ano de 2020 a consulta será mantida e direcionada para os órgãos do SISEMA e conselhos (COPAM, CERH e Câmaras Técnicas). Além disso, o formulário online de resposta da consulta pública, será parametrizado para que as contribuições sejam distinguidas por regional SEMAD, agenda ambiental e ainda com a possibilidade de indicação de estudo que subsidie a contribuição apontada.	Gabinete SUFIS	ago/19	dez/19	<p>Nos anos anteriores o Diagnóstico Ambiental foi apresentado para Consulta Pública, com objetivo de ampliar a democratização no processo de sua construção, além de atualizar e melhor delimitar o cenário ambiental em Minas Gerais. No ano de 2020, devido ao período eleitoral, este processo foi suspenso. Ficando definido que será executado bienalmente, evitando assim anos eleitorais.</p> <p>Segue cronograma previsto pela SUFIS:</p> <p>-Até 04/06/2021 reunião de alinhamento com ASCOM para planejar um plano de comunicação para a consulta pública;</p> <p>- Até 01/07/2021 produção das minutas de peças de publicidade;</p> <p>- Até 16/07/2021 aprovação das peças de publicidade;</p> <p>- 02/08/2021 a 31/08/2021 período de divulgação e recebimento das contribuições;</p> <p>- Até 10/09/2021 compilação das contribuições.</p>
3.3					Interesses pessoais	Falta de olhar estratégico do público em prol do interesse pontual ou pessoal	Perda de tempo na consulta com pouca contribuição	4,88	MÉDIO	Não		Retirar a Consulta Pública direcionada à sociedade civil, pois a experiência dos últimos anos demonstrou pouca efetividade no retorno obtido, principalmente por haver uma confusão entre consulta e denúncia, além de comentários e críticas superficiais, que agregam pouco valor ao trabalho. De forma a contornar, no ano de 2020 a consulta será mantida e direcionada para os órgãos do SISEMA e conselhos (COPAM, CERH e Câmaras Técnicas). Além disso, o formulário online de resposta da consulta pública, será parametrizado para que as contribuições sejam distinguidas por regional SEMAD, agenda ambiental e ainda com a possibilidade de indicação de estudo que subsidie a contribuição apontada.	Gabinete SUFIS	ago/19	dez/19	<p>Nos anos anteriores o Diagnóstico Ambiental foi apresentado para Consulta Pública, com objetivo de ampliar a democratização no processo de sua construção, além de atualizar e melhor delimitar o cenário ambiental em Minas Gerais. No ano de 2020, devido ao período eleitoral, este processo foi suspenso. Ficando definido que será executado bienalmente, evitando assim anos eleitorais.</p> <p>Segue cronograma previsto pela SUFIS:</p> <p>-Até 04/06/2021 reunião de alinhamento com ASCOM para planejar um plano de comunicação para a consulta pública;</p> <p>- Até 01/07/2021 produção das minutas de peças de publicidade;</p> <p>- Até 16/07/2021 aprovação das peças de publicidade;</p> <p>- 02/08/2021 a 31/08/2021 período de divulgação e recebimento das contribuições;</p> <p>- Até 10/09/2021 compilação das contribuições.</p>
4.1	Conclusão do Plano de Fiscalização Anual				MP demanda questões pontuais	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias	Perda de controle sobre as políticas públicas (questões estratégicas)	25,816	ALTO	Não		Levantar por regional a média de atendimentos aos órgãos de controle e dos que apresentarem alto índice de demanda, trabalhar em um plano de ação de alinhamento com o MP, conduzido pelo Gabinete Sufis. O plano visa a aproximação, orientação quanto às informações disponíveis no sistema, apresentação do PAF e sua construção, salientando a importância do seu cumprimento e negociação dos atendimentos ao MP.	Gabinete SUFIS	ago/19	out/19	<p>O Sisema fechou o ano de 2020 com 1.074 requisições oriundas de órgãos de controle em tramitação.</p> <p>De 2019 para 2020 houve uma redução de 32,5% do passivo de demandas em andamento (denúncias e requisições).</p> <p>A Sufis atua em constante articulação com MPMG para racionalizar o atendimento desse expediente.</p> <p>Em 2020 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.993, de 13/08/2020, que atualizou e esclareceu as regras sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sisema, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos. O link para acesso à Resolução nº 2.993/2020 é o seguinte:</p> <p>http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=52362</p> <p>Além disso, está sendo elaborada uma instrução de serviços que orientará os Nudens a gerirem de forma adequada as requisições recebidas, praticando a resposta direta, sempre que possível. A IS também abordará as requisições caracterizadas como perícia. A previsão interna é que a IS seja publicada até agosto de 2021.</p>
4.2					MP demanda questões pontuais	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias	Diminuir o tempo dedicado as questões estratégicas	20,056	ALTO	Não		Levantar por regional a média de atendimentos aos órgãos de controle e dos que apresentarem alto índice de demanda, trabalhar em um plano de ação de alinhamento com o MP, conduzido pelo Gabinete Sufis. O plano visa a aproximação, orientação quanto às informações disponíveis no sistema, apresentação do PAF e sua construção, salientando a importância do seu cumprimento e negociação dos atendimentos ao MP.	Gabinete SUFIS	ago/19	out/19	<p>O Sisema fechou o ano de 2020 com 1.074 requisições oriundas de órgãos de controle em tramitação.</p> <p>De 2019 para 2020 houve uma redução de 32,5% do passivo de demandas em andamento (denúncias e requisições).</p> <p>A Sufis atua em constante articulação com MPMG para racionalizar o atendimento desse expediente.</p> <p>Em 2020 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.993, de 13/08/2020, que atualizou e esclareceu as regras sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sisema, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos. O link para acesso à Resolução nº 2.993/2020 é o seguinte:</p> <p>http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=52362</p> <p>Além disso, está sendo elaborada uma instrução de serviços que orientará os Nudens a gerirem de forma adequada as requisições recebidas, praticando a resposta direta, sempre que possível. A IS também abordará as requisições caracterizadas como perícia. A previsão interna é que a IS seja publicada até agosto de 2021.</p>
4.3					MP demanda questões pontuais	Refletir uma obrigatoriedade de atendimento as demandas externas e extraordinárias	Eventualmente diminuir a efetividade da fiscalização ambiental	20,056	ALTO	Não		Levantar por regional a média de atendimentos aos órgãos de controle e dos que apresentarem alto índice de demanda, trabalhar em um plano de ação de alinhamento com o MP, conduzido pelo Gabinete Sufis. O plano visa a aproximação, orientação quanto às informações disponíveis no sistema, apresentação do PAF e sua construção, salientando a importância do seu cumprimento e negociação dos atendimentos ao MP.	Gabinete SUFIS	ago/19	out/19	<p>O Sisema fechou o ano de 2020 com 1.074 requisições oriundas de órgãos de controle em tramitação.</p> <p>De 2019 para 2020 houve uma redução de 32,5% do passivo de demandas em andamento (denúncias e requisições).</p> <p>A Sufis atua em constante articulação com MPMG para racionalizar o atendimento desse expediente.</p> <p>Em 2020 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.993, de 13/08/2020, que atualizou e esclareceu as regras sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sisema, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos. O link para acesso à Resolução nº 2.993/2020 é o seguinte:</p> <p>http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=52362</p> <p>Além disso, está sendo elaborada uma instrução de serviços que orientará os Nudens a gerirem de forma adequada as requisições recebidas, praticando a resposta direta, sempre que possível. A IS também abordará as requisições caracterizadas como perícia. A previsão interna é que a IS seja publicada até agosto de 2021.</p>
5.1	Readequação do Plano Anual de Fiscalização				Não realiza a viagem no momento correto (janeiro)	Perder a tempestividade da fiscalização (Piracema)	Não fiscalizar este tema específico	21,172	ALTO	Não		Para controle do evento, usualmente, as equipes fazem provisionamento de recurso do ano anterior para o mês de janeiro, a fim de não interromper a programação das fiscalizações. Assim, as operações de Piracema são feitas dentro do período adequado.	SEFIS	nov/19	dez/19	Até 28/02/2021 foram fiscalizadas 136 atividades de pesca pela SEMAD. O extrato do SISFIS com maior detalhamento das 136 atividades fiscalizadas está disponível no link https://drive.google.com/file/d/1f9t..._s177y-t_gE2B8RvXbqrRNTouM7/view?usp=sharing Link disponível como público. Qualquer dificuldade de acesso, gentileza enviar e-mail para flavio.aguiro@meioambiente.mg.gov.br
5.2					Alvos de demandas externas seriam menos estratégicas	Perda de representatividade do diagnóstico	Resultado das fiscalizações serem menos estratégicas	7,148	MÉDIO	Não		Considerando que o maior índice de demandas externas a serem atendidas são oriundas do MP, acredita-se que a ação proposta no item 4.1 contribuirá para melhoria também deste.	SEFIS	ago/19	out/19	<p>Na construção do PAF - Plano Anual de Fiscalização a Superintendência de Fiscalização emana como diretriz que as unidades regionais reservem 50% da agenda de trabalho para atendimento das demandas oriundas dos órgãos de controle.</p> <p>Além disso, outras iniciativas têm sido realizadas em conjunto com o MP para se alcançar soluções definitivas para problemas ambientais recorrentes. Como exemplo cita-se a FAPA Polvilheiros, que está em andamento. Essa atividade produtiva era motivo de diversas denúncias e requisições de órgãos de controle ao longo dos anos, devido aos problemas ambientais que causava, sem resolução. O objetivo do programa é instruir os empreendedores para adequação ambiental da atividade e mitigação os problemas ambientais. Já foram cumpridas as etapas de mobilização e orientação e há previsão de início das fiscalizações para o mês de março/2021. No Processo SEI Nº 1370.01.0047029/2020-26 consta o Memorando DEFIS 09/2021 com o detalhamento do programa, especialmente as etapas desenvolvidas até o momento.</p> <p>Em junho de 2021, momento da revisão do Diagnóstico Ambiental serão identificadas demandas semelhantes às que originaram a FAPA Polvilheiros para implementação de programas similares.</p> <p>Cronograma:</p> <p>Junho - início da elaboração do Diagnóstico Ambiental</p> <p>Até 18/06/2021 - Definição da Metodologia de Trabalho</p> <p>Até 16/07/2021 - Versão preliminar</p> <p>Até 30/07/2021 - Conclusão da Revisão</p>
6.1		Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	Forte	Mediano	Indisponibilidade financeira	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Preterir inicialmente os empreendimentos os que não se encaixam nesta característica	7,32	MÉDIO	Sim	Tais situações acontecem como forma de não deixar de atuar em virtude da indisponibilidade financeira. Além da previsão orçamentária anual, mensalmente a SEFIS realiza um levantamento das demandas de diárias do mês subsequente, de forma a articular com o setor financeiro que todas as demandas serão atendidas, de modo a não prejudicar o atendimento das fiscalizações. Todavia, não existe uma garantia da disponibilidade financeira para execução.					
6.2		Reprogramar a agenda para superar as dificuldades citadas	Forte	Mediano	Indisponibilidade de estrutura logística	Determinar empreendimento em virtude da proximidade (falta de diárias) ou disponibilidade de carro/motorista	Preterir inicialmente os empreendimentos os que não se encaixam nesta característica	7,32	MÉDIO	Sim	Tais situações acontecem como forma de não deixar de atuar em virtude da indisponibilidade financeira. Além disso, semanalmente são apresentadas as demandas de veículos ao setor de logística, que detém um controle do histórico de demandas, cujo objetivo é dimensionar a frota. Desde a implantação dos contratos de locação de veículos, a disponibilidade logística aumentou consideravelmente.					

6.3				Informações não serem integradas ou facilmente disponíveis	Informações disponíveis não serem suficientes para uma boa amostragem	Frustar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	4,88	MÉDIO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abarácará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abarácará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Tais sistemas trarão maior confiabilidade às informações, e após o desenvolvimento de tais sistemas, será analisada a necessidade de integração dos sistemas atuais, observando o custo-benefício dessa ação.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	<p>Em acordo entre a SUFIS e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que:</p> <p>1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022.</p> <p>2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021)</p> <p>3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas.</p> <p>Além disso, em acordo entre a SURAM e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.</p>
6.4	Filtro da Amostra Detalhada			Informações não serem integradas ou facilmente disponíveis	Informações disponíveis não serem suficientes para uma boa amostragem	Utilização ineficiente dos recursos utilizados	5,57	MÉDIO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abarácará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abarácará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Tais sistemas trarão maior confiabilidade às informações, e após o desenvolvimento de tais sistemas, será analisada a necessidade de integração dos sistemas atuais, observando o custo-benefício dessa ação.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	<p>Em acordo entre a SUFIS e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que:</p> <p>1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022.</p> <p>2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021)</p> <p>3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas.</p> <p>Além disso, em acordo entre a SURAM e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.</p>

6.5					Empresa fraudou o auto monitoramento	Informação para decisão da amostra não ser verdadeira	Exclusão de empreendimento o irregular da amostra	21,436	ALTO	Não		Verificar o tipo de degradação ambiental indicada no Diagnóstico Ambiental, documento elaborado a partir de estudos técnicos e científicos produzidos pelo próprio SISEMA e outros órgãos, cujo intuito é reunir as principais informações sobre as pressões antrópicas sobre os recursos naturais e desta maneira subsidiar a proposição de ações de fiscalização ambiental. Após isso, fazer levantamento dos empreendimentos que podem causá-la, a fim de que todos sejam fiscalizados.	SURAM	ago/19	out/19	<p>O Núcleo de Controle Ambiental – Nucam atualmente encontra-se vinculado a Suram e tem suas ações fiscalizatórias com prioridade nos pós licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de condicionantes. Nesse contexto, tem-se por diretriz que todas as licenças concedidas sejam fiscalizadas durante sua vigência. Para o Plano Anual de Fiscalização - PAF 2021 foi orientado a priorização de processos em renovação, independente de sua condição quanto ao cumprimento de condicionantes. Encontra-se previsto no Planejamento Estratégico de 2022 (Fev./Mar.) a realização de um workshop entre os servidores do Nucam para troca de experiências e ações alinhadas e revisão da Instrução de Serviço Sistema nº 04/2017 para o ano de 2022 (abr./mai.).</p> <p>As ações de fiscalizações por parte do Núcleo de Controle Ambiental – Nucam para o exercício de 2020 foram definidas no Plano Anual de Fiscalização – PAF em 2019 por meio do Estudo de Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais (anexo).</p> <p>No diagnóstico foram definidos os principais pontos de pressão (degradação ambiental) listados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação da qualidade das águas superficiais; - Escassez hídrica, áreas de conflitos de água e uso intensivo de irrigação; - Desmatamento ilegal e degradação de biomas; - Áreas impactadas por empreendimentos minerários; - Vulnerabilidade de mudanças climáticas; <p>Neste sentido, foram fiscalizados pelo Núcleo de Controle Ambiental - Nucam no ano de 2020, as atividades</p> <p>O Núcleo de Controle Ambiental - Nucam atualmente encontra-se vinculado à Suram e tem suas ações fiscalizatórias com prioridade nos pós licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de condicionantes. Nesse contexto, tem-se por diretriz que todas as licenças concedidas sejam fiscalizadas durante sua vigência. Para o Plano Anual de Fiscalização - PAF 2021 foi orientado a priorização de processos em renovação, independente de sua condição quanto ao cumprimento de condicionantes. Encontra-se previsto no Planejamento Estratégico de 2022 (Fev./Mar.) a realização de um workshop entre os servidores do Nucam para troca de experiências e ações alinhadas e revisão da Instrução de Serviço Sistema nº 04/2017 para o ano de 2022 (abr./mai.).</p> <p>As ações de fiscalizações por parte do Núcleo de Controle Ambiental – Nucam para o exercício de 2020 foram definidas no Plano Anual de Fiscalização – PAF em 2019 por meio do Estudo de Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais (anexo).</p>
6.6					Falta de dados para a identificação	Não fiscalizar um vizinho em pior situação (mais relevante)	Não otimização dos recursos utilizados	7,838	MÉDIO	Não		Verificar o tipo de degradação ambiental indicada no Diagnóstico Ambiental, documento elaborado a partir de estudos técnicos e científicos produzidos pelo próprio SISEMA e outros órgãos, cujo intuito é reunir as principais informações sobre as pressões antrópicas sobre os recursos naturais e desta maneira subsidiar a proposição de ações de fiscalização ambiental. Após isso, fazer levantamento dos empreendimentos que podem causá-la, a fim de que todos sejam fiscalizados.	SURAM	ago/19	out/19	<p>O Núcleo de Controle Ambiental – Nucam atualmente encontra-se vinculado a Suram e tem suas ações fiscalizatórias com prioridade nos pós licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de condicionantes. Nesse contexto, tem-se por diretriz que todas as licenças concedidas sejam fiscalizadas durante sua vigência. Para o Plano Anual de Fiscalização - PAF 2021 foi orientado a priorização de processos em renovação, independente de sua condição quanto ao cumprimento de condicionantes. Encontra-se previsto no Planejamento Estratégico de 2022 (Fev./Mar.) a realização de um workshop entre os servidores do Nucam para troca de experiências e ações alinhadas e revisão da Instrução de Serviço Sistema nº 04/2017 para o ano de 2022 (abr./mai.).</p> <p>As ações de fiscalizações por parte do Núcleo de Controle Ambiental – Nucam para o exercício de 2020 foram definidas no Plano Anual de Fiscalização – PAF em 2019 por meio do Estudo de Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais (anexo).</p>
6.7					A visão não ser integrada	Não fiscalizar um vizinho em pior situação (mais relevante)	Não otimização dos recursos utilizados	7,838	MÉDIO	Não		Verificar o tipo de degradação ambiental indicada no Diagnóstico Ambiental, documento elaborado a partir de estudos técnicos e científicos produzidos pelo próprio SISEMA e outros órgãos, cujo intuito é reunir as principais informações sobre as pressões antrópicas sobre os recursos naturais e desta maneira subsidiar a proposição de ações de fiscalização ambiental. Após isso, fazer levantamento dos empreendimentos que podem causá-la, a fim de que todos sejam fiscalizados.	SURAM	ago/19	out/19	<p>O Núcleo de Controle Ambiental – Nucam atualmente encontra-se vinculado a Suram e tem suas ações fiscalizatórias com prioridade nos pós licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de condicionantes. Nesse contexto, tem-se por diretriz que todas as licenças concedidas sejam fiscalizadas durante sua vigência. Para o Plano Anual de Fiscalização - PAF 2021 foi orientado a priorização de processos em renovação, independente de sua condição quanto ao cumprimento de condicionantes. Encontra-se previsto no Planejamento Estratégico de 2022 (Fev./Mar.) a realização de um workshop entre os servidores do Nucam para troca de experiências e ações alinhadas e revisão da Instrução de Serviço Sistema nº 04/2017 para o ano de 2022 (abr./mai.).</p> <p>As ações de fiscalizações por parte do Núcleo de Controle Ambiental – Nucam para o exercício de 2020 foram definidas no Plano Anual de Fiscalização – PAF em 2019 por meio do Estudo de Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais (anexo).</p> <p>No diagnóstico foram definidos os principais pontos de pressão (degradação ambiental) listados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação da qualidade das águas superficiais; - Escassez hídrica, áreas de conflitos de água e uso intensivo de irrigação;
7.1	Análise documentos da amostra de condicionantes				Não há checagem das informações declaratórias antes de possíveis vistorias	Auto monitoramento com informações fraudulentas, incompletas ou ao interesse da empresa	Preparação para as vistorias de condicionantes baseada em informações incorretas	10,718	ALTO	Não		Verificar o tipo de degradação ambiental indicada no Diagnóstico Ambiental, documento elaborado a partir de estudos técnicos e científicos produzidos pelo próprio SISEMA e outros órgãos, cujo intuito é reunir as principais informações sobre as pressões antrópicas sobre os recursos naturais e desta maneira subsidiar a proposição de ações de fiscalização ambiental. Após isso, fazer levantamento dos empreendimentos que podem causá-la, a fim de que todos sejam fiscalizados.	SURAM	ago/19	out/19	<p>O Núcleo de Controle Ambiental – Nucam atualmente encontra-se vinculado a Suram e tem suas ações fiscalizatórias com prioridade nos pós licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de condicionantes. Nesse contexto, tem-se por diretriz que todas as licenças concedidas sejam fiscalizadas durante sua vigência. Para o Plano Anual de Fiscalização - PAF 2021 foi orientado a priorização de processos em renovação, independente de sua condição quanto ao cumprimento de condicionantes. Encontra-se previsto no Planejamento Estratégico de 2022 (Fev./Mar.) a realização de um workshop entre os servidores do Nucam para troca de experiências e ações alinhadas e revisão da Instrução de Serviço Sistema nº 04/2017 para o ano de 2022 (abr./mai.).</p> <p>As ações de fiscalizações por parte do Núcleo de Controle Ambiental – Nucam para o exercício de 2020 foram definidas no Plano Anual de Fiscalização – PAF em 2019 por meio do Estudo de Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais (anexo).</p>
7.2					Falta de pessoal para olhar todas as condicionantes	Não cobrar condicionantes que não entraram na amostra	Possibilidade de condicionantes sem cumprimento	7,838	MÉDIO	Sim	Aqueles empreendimentos que não fizeram parte da amostragem do NUCAM, quando da renovação da licença, o empreendedor deve apresentar o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA e o gestor do processo de licenciamento avalia o cumprimento das condicionantes.					
8.1	Realiza Inspeção Física das Condicionantes				Sistemas informatizados não são confiáveis	Cobrar o cumprimento de condicionantes desatualizadas no sistema	Refazer análises com novas vistorias	7,838	MÉDIO	Não		O desenvolvimento do SLA, abrangendo as premissas e diretrizes abordadas no PDTIC, contribuirá para uma melhor gestão das informações sobre os processos de licenciamento, abrangendo funcionalidades específicas para a gestão das condicionantes.	SURAM/SUTAF	ago/19	dez/22	<p>Em acordo entre a SUFIS e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que:</p> <p>1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022.</p> <p>2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021)</p> <p>3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas.</p> <p>Além disso, em acordo entre a Suram e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.</p>
8.2					Licenciamento não teve clareza na descrição da condicionante	Não conseguir entender o teor da condicionante criada no licenciamento	Analisar o cumprimento sobre outra ótica	1	BAIXO							
12.1		Restringir grupo de acesso ou ocultar informação verdadeira	Inexistente	Mediano	Pessoas com acesso a informação tem outros interesses	Vazamento de informações sobre a operação	Prejuízo na coleta de informações da fiscalização	16,077	ALTO	Não		As Diretorias de Estratégia e Inteligência desenvolvem técnicas para levantar os alvos das operações especiais de modo a restringir o número de envolvidos que detêm conhecimento das informações importantes. O trabalho poderá ser aprimorado a partir da consolidação das técnicas de inteligência que serão abordadas pela diretoria recém criada (Diretoria de Inteligência e Ações Especiais) que desenvolverá a articulação com outros órgãos de inteligência e consolidará esse tipo de trabalho no âmbito da fiscalização ambiental.	Gabinete SUFIS	set/19	dez/20	<p>Previsão de haver capacitação na temática inteligência em outubro de 2021.</p>
12.2	Organiza agenda das operações				Demandas de órgãos de controle	Alteração de agenda em virtude de interferências externas	Comprometimento do planejamento das ações	5,792	MÉDIO	Não		Considerando que a maior índice de demandas externas a serem atendidas são oriundas do MP, acredita-se que a ação proposta no item 4.1 contribuirá para melhoria também deste.	Gabinete SUFIS	ago/19	out/19	<p>O Sisema fechou o ano de 2020 com 1.074 requisições oriundas de órgãos de controle em tramitação.</p> <p>De 2019 para 2020 houve uma redução de 32,5% do passivo de demandas em andamento (denúncias e requisições).</p> <p>A Suflis atua em constante articulação com PMMG para racionalizar o atendimento desse expediente.</p> <p>Em 2020 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.993, de 13/08/2020, que atualizou e clareou as regras sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sisema, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos. O link para acesso à Resolução nº 2.993/2020 é o seguinte:</p> <p>http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=52362</p> <p>Além disso, está sendo elaborada uma instrução de serviços que orientará os Nudens a gerirem de forma adequada as requisições recebidas, praticando a resposta direta, sempre que possível. A IS também abordará as requisições caracterizadas como pericia. A previsão interna é que a IS seja publicada até agosto de 2021.</p>
12.3					Precariedade da Infraestrutura (equipamento e capacitação para operar)	Cancelar a operação	Deixar de fiscalizar empreendimento o relevante	10,718	ALTO	Não		Mobilizar técnicos e aportes de outros regionais para atendimento, de outros órgãos integrantes do SISEMA e inclusive outros órgãos governamentais que exercam poder de polícia administrativa, judiciária e extensiva.	SEFIS	Em andamento	Contínuo	<p>O PAF 2021 prevê ações conjuntas com demais casas do SISEMA, PMMG e diversos órgãos parceiros, com o intuito de fortalecer a atuação da fiscalização ambiental.</p>
13.1	Estuda a ação e o alvo	Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Sistemas informatizados não são confiáveis	Não obter as informações necessárias	Frustrar a expectativa operacional de encontrar irregularidade	10,718	ALTO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abarcará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abarcará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Tais sistemas trarão maior confiabilidade às informações.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	<p>Em acordo entre a SUFIS e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que:</p> <p>1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022.</p> <p>2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021)</p> <p>3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas.</p> <p>Além disso, em acordo entre a Suram e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.</p>
13.2		Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Mediano	Satisfatório	Vulnerabilidade do fiscal no contexto da fiscalização in loco	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Manipulação do ambiente enquanto a equipe busca suporte policial	4,046	MÉDIO	Não		Avaliar os riscos pertinentes a cada ação de fiscalização, e requisitar apoio policial quando identificar essa necessidade. Incluir nas rotinas de capacitação os itens do Código de Postura, que deve ser seguido por todo servidor que exerce atividade de fiscalização ambiental.	Gabinete SUFIS	ago/19	Contínuo	<p>Demanda de treinamento para equipe de fiscais apresentada ao CPMAMB em reunião de rotina do convênio. Será pauta para reunião trimestral com CPMAMB no mês de março/21 a construção da metodologia e cronograma.</p> <p>Demanda de treinamento para equipe de fiscais apresentada na Câmara Temática Temporária de Segurança Rural pelo representante da SENAD, Gustavo Endriço, e consignada na proposta final elaborada pelo grupo na forma de treinamento, capacitação e atualização das equipes envolvidas nas atividades de prevenção, fiscalização e repressão qualificada aos crimes praticados no ambiente rural. Ainda não há um cronograma de treinamento por estar pendente a aprovação pelo comitê da demanda apresentada pela Câmara.</p>
13.3		Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Mediano	Satisfatório	Vulnerabilidade do fiscal no contexto da fiscalização in loco	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Não realizar a fiscalização	2	BAIXO							
14.1		Pedir apoio policial e cartilha do código de postura do fiscal	Mediano	Satisfatório	Vulnerabilidade do fiscal no contexto da fiscalização in loco	Não ter segurança física para fazer o trabalho	Mobilizar mais recursos para viabilizar a fiscalização	5,57	MÉDIO	Sim	Diante da vulnerabilidade do fiscal no contexto da fiscalização in loco, devido a natureza do trabalho e reforçado pela falta de condição de realizar sua própria segurança (treinamento e porte de arma) se faz necessária a mobilização da PMMG para este fim.					
14.2					Interesse do empreendedor em manipular o ambiente e alinhar respostas entre os funcionários	Modificar o ambiente de fiscalização enquanto atende as questões de segurança do trabalho	Comprometimento da ação de fiscalização	2	BAIXO							
14.3		Implantação do NUDEN (Núcleo de denúncias)	Fraco	Satisfatório	Planejamento da agenda de fiscalização do SISEMA não é integrado	Fiscalização sobreposta com outros entes e setores	Desperdício de recursos	1,345	BAIXO							<p>Todos os 09 (nove) Núcleos de Denúncias e Requisições – NUDENs já estão criados, implantados e em funcionamento, atrelados às respectivas DFRSCs de cada uma das nove Superintendências Regionais de Meio Ambiente - SUPRAMs. Os NUDENs são responsáveis pela gestão das requisições de órgão de controle e denúncias ambientais, de forma regionalizada, de acordo com os municípios de sua área de abrangência, cujas sedes coincidem com as SUPRAMs. Quando possível, os NUDENs praticam a resposta direta (independem de fiscalização in loco) em relação às demandas recebidas, desonerando a fiscalização de campo. Havendo a necessidade de vistoria in loco a demanda é encaminhada para a devida área técnica ou unidade responsável pela averiguação dos fatos. Após essa averiguação, o Sistema de Gestão de Denúncias Ambientais é atualizado com a resposta, que, no caso das denúncias, poderá ser consultada pelo denunciante por meio do serviço LigMinas. No caso das requisições de órgãos de controle, os NUDENs remetem a resposta por meio de Ofício. A gestão é realizada de forma a realizar o controle do tempo de atendimento, evitar o atendimento de demandas em duplicidade e de forma a garantir que o demandante receba a resposta devida.</p>

14.4	Realiza a Fiscalização em Campo				Insuficiência de informações técnicas por parte dos fiscais	Não identificar irregularidade	Não autuar	7,97	MÉDIO	Não		Atualmente a SEMAD prepara Instruções de Serviço, realiza alinhamentos institucionais e mantém canal de comunicação entre as Diretorias Regionais de Fiscalização e as Diretorias da Sede. Em decorrência da reestruturação administrativa foi criado o NUAT - Núcleo de Apoio Técnico, que tem como competência padronizar procedimentos e emanar orientações em matéria de fiscalização ambiental. Além disso, Está em processo de construção do EAD da Fiscalização Ambiental, um curso "online" para capacitação de policiais de meio ambiente e gestores/analistas ambientais do SISEMA, na fiscalização das temáticas: atividades potencialmente poluidoras, recursos hídricos, fauna, pesca, flora e estratégia.	SEFIS	ago/19	ago/20	1 - Atualmente a SEMAD prepara instruções de serviço, realiza alinhamentos institucionais e mantém canal de comunicação entre as Diretorias Regionais de Fiscalização e as Diretorias da Sede. Em decorrência da reestruturação administrativa foi criado o NUAT - Núcleo de Apoio Técnico, que tem como competência padronizar procedimentos e emanar orientações em matéria de fiscalização ambiental. Além disso, está em processo de construção o EAD da Fiscalização Ambiental, um curso "online" para capacitação de policiais de meio ambiente e gestores/analistas ambientais do SISEMA na fiscalização das temáticas: atividades potencialmente poluidoras, recursos hídricos, fauna, pesca, flora e estratégia. Segue link para o cronograma do EAD Fiscalização Ambiental: https://b.link/CronogramaEADFisc 2 - Concomitante à elaboração do EAD Fiscalização Ambiental, foram elaborados formulários "online" para levantamento das dúvidas dos analistas/gestores ambientais que executam atividade nas Diretorias Regionais de Fiscalização Ambiental. Seguem links dos formulários: bit.ly/PESQUISA-Fauna bit.ly/PESQUISA-Flora bit.ly/PESQUISA-Pesca bit.ly/PESQUISA-RecursoHidricos bit.ly/PESQUISA-AtividadesPPoluidoras bit.ly/PESQUISA-AI-SISFAI As 168 respostas recebidas foram encaminhadas aos conteudistas dos cursos com a finalidade de suprir estas dúvidas no EAD. O EAD encontra-se em fase de inserção do conteúdo na plataforma pela equipe DIDP. Prazo de conclusão: Julho/2021
14.5					Falta de informações completas do empreendimento nos sistemas	Constrangimento do fiscal pela precariedade da informação levada a campo	Frustar a expectativa operacional de encontrar irregularidade (Impacto na imagem)	7,148	MÉDIO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abarácará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abarácará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Tais sistemas trarão maior confiabilidade às informações.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	Em acordo com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que: 1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022. 2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021) 3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas. Em acordo entre a SURAM e STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.
14.6					Falta de dados robustos e sistemas integrados	Montar um plano de trabalho sem representatividade	Fiscalização não atingir os objetivos de melhoria da qualidade ambiental	11,276	ALTO	Não		Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de licenciamento Ambiental - SLA, que abarácará diversas funcionalidades para melhor gestão do licenciamento ambiental, desde a formalização até controle das condicionantes. Além do mais, existe a especificação e o planejamento de desenvolvimento do sistema de análise e processamento de autos de infração, que abarácará todas as informações sobre os autos de infração que foram lavrados e que estão em processamento. Após o desenvolvimento de tais sistemas, será analisada a necessidade de integração dos sistemas atuais, observando o custo-benefício dessa ação.	SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	Em acordo com a SUFIS e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que: 1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022. 2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021) 3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas. Em acordo entre a Suram e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.
15.1	Cadastro de Auto de Fiscalização no SISFIS				Multiplicidade de Sistemas para preencher	Sistemas ficarem sem alimentação de dados	Informações disponíveis não serem suficientes para outras etapas do processo de fiscalização	4,88	MÉDIO	Não		Capacitar técnicos quantos aos procedimentos existentes no âmbito do cadastramento de autos de infração, para que todos os sistemas existentes sejam alimentados adequadamente.	Gabinete SUFIS	Em andamento	Contínuo	Atualmente, o Sisfaí possui interface com o CAP, para viabilizar o cadastro automático, após a lavratura. Entretanto, compete ao agente responsável pela lavratura do auto de infração a confirmação de que o cadastro foi feito de forma adequada e completa, antes da remessa do processo administrativo para a unidade de processamento. Além disso, foi criado o "Manual de Procedimentos Administrativos da Diretoria de Autos de Infração", onde constam informações sobre o adequado preenchimento do CAP, sobre a adequada instrução do processo administrativo e sobre todos os procedimentos e rotinas administrativas envolvidos. O Manual foi abordado em reuniões de alinhamento com a Subsecretaria de Fiscalização e a área técnica. Será agendada outra reunião em maio de 2021 para fazer a abordagem do tema e os apontamentos necessários.

16.1	Relatório de Resposta de Denúncias				Diversidade de canais de entrada da demanda	Não conseguir responder a denúncia para o canal correto	Denunciante não recebe a devolutiva da apuração da denúncia	1,111	BAIXO							A gestão das denúncias e requisições está centralizada nos NUDENs. Os canais de entrada estão explicitados no site: http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia . A denúncia pode ser apresentada através do preenchimento de formulário presente no site, através do envio de formulário impresso pelos Correios, presencialmente ou através do telefone 155 - opção 7 (LigMinas) ou (31) 3069-6601 - opção 7 (para ligações fora do Estado). As requisições de órgãos de controle podem ser remetidas aos NUDENs por Ofício. A Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.993, de 13 de gosto de 2020, dispõe sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sisema, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos. O retorno da denúncia pode ser consultado pelo denunciante via Ligmigas, mediante a informação de ID. Até mesmo a denúncia anônima pode ser consultada. O denunciante não precisa se identificar. A resposta da requisição é remetida ao órgão de controle por Ofício.
17.1					Nem todos os que atendem aos critérios são credenciados	Realizar fiscalização sem estar credenciado	Anulação do Auto de Infração e invalidade do auto de fiscalização	2,368	BAIXO							
17.2		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Falta de sistema integrado com dados retroalimentados	Não conseguir majorar a multa por falta de histórico de informações (casos de reincidência)	Subdimensionar a multa	15,676	ALTO	Não			SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	<p>SUFIS: Em acordo com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que:</p> <p>1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022.</p> <p>2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021)</p> <p>3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas.</p> <p>Além disso, em acordo entre a SURAM e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.</p>
17.3		Busca individualizada em documentos físicos e sistemas avulsos	Fraco	Fraco	Insuficiência de fontes de consulta	Impossibilidade de evidenciar a constatação	Não conseguir autuar	7,838	MÉDIO	Não			SURAM/SUTAF/SUFIS	Em andamento	dez/22	<p>SUFIS: Em acordo com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que:</p> <p>1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022.</p> <p>2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021)</p> <p>3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas.</p> <p>Além disso, em acordo entre a SURAM e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.</p>
17.4					Divergências técnicas devido à complexidade da matéria	Interpretação do técnico sobre a matéria é equivocada	Retrabalho	7,058	MÉDIO	Não			SEFIS	ago/19	ago/20	<p>O EAD Fiscalização Ambiental está sendo elaborado na plataforma Trilhas do Saber, a escolha do método do treinamento baseou-se na estratégia de compartilhamento do conhecimento de forma online, o que possibilita maior alcance do público alvo. O curso está dividido nas temáticas Atividades Potencialmente Poluidoras, Estratégia, Fauna, Flora, Pesca e Recursos Hídricos. Nos módulos referentes às temáticas Atividades Potencialmente Poluidoras, Fauna, Flora, Pesca e Recursos Hídricos há um capítulo referente aos códigos de infração e exemplos de aplicação. Em dezembro de 2020 foi lançado o curso de recursos hídricos e os demais estão previstos para lançamento conjunto em abril/2021.</p>
17.5	Lavra Auto de Infração				Medo de ser acusado de prevaricação	Superestimar a lavratura do auto	Ser injusto na autuação do empreendedor	4,268	MÉDIO	Não			SEFIS	ago/19	ago/20	<p>O EAD Fiscalização Ambiental está sendo elaborado na plataforma Trilhas do Saber, a escolha do método do treinamento baseou-se na estratégia de compartilhamento do conhecimento de forma online, o que possibilita maior alcance do público alvo. O curso está dividido nas temáticas Atividades Potencialmente Poluidoras, Estratégia, Fauna, Flora, Pesca e Recursos Hídricos. Nos módulos referentes às temáticas Atividades Potencialmente Poluidoras, Fauna, Flora, Pesca e Recursos Hídricos há um capítulo referente aos códigos de infração e exemplos de aplicação. Em dezembro de 2020 foi lançado o curso de recursos hídricos e os demais estão previstos para lançamento conjunto em abril/2021.</p>
17.6					Medo de ser acusado de prevaricação	Superestimar a lavratura do auto	Gastos desnecessários de recursos com sequência do processo	7,058	MÉDIO	Não			SEFIS	ago/19	ago/20	<p>O EAD Fiscalização Ambiental está sendo elaborado na plataforma Trilhas do Saber, a escolha do método do treinamento baseou-se na estratégia de compartilhamento do conhecimento de forma online, o que possibilita maior alcance do público alvo. O curso está dividido nas temáticas Atividades Potencialmente Poluidoras, Estratégia, Fauna, Flora, Pesca e Recursos Hídricos. Nos módulos referentes às temáticas Atividades Potencialmente Poluidoras, Fauna, Flora, Pesca e Recursos Hídricos há um capítulo referente aos códigos de infração e exemplos de aplicação. Em dezembro de 2020 foi lançado o curso de recursos hídricos e os demais estão previstos para lançamento conjunto em abril/2021.</p>
17.7					Não haver retorno de informações do processamento sobre a forma de atuação dos fiscais	Repetir erros de anulação no auto	Gastos desnecessários com anulação	7,616	MÉDIO	Não			SUCPAN	ago/19	ago/20	<p>Foi criado um registro relatório do resultado das análises de autos de infração em que são gravados os principais motivos de anulação. Além disso, quando há uma anulação, a área responsável sempre é notificada, para ciência e adoção das providências cabíveis.</p> <p>A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Além disso, uma nova alteração do Decreto 47.383/2018 está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASJUR em 27/01/2021.</p> <p>Pela experiência vivenciada na tramitação de expedientes semelhantes estipula-se que a publicação do Decreto de alteração ocorra até junho de 2021.</p> <p>Ainda há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviço.</p> <p>A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p> <p>Após a publicação da revisão do Decreto nº 47.383/2021 será realizada capacitação para a PMMG e áreas técnicas pertinentes. Caso a publicação do Decreto de revisão ocorra até junho de 2021, as capacitações serão realizadas em julho e agosto de 2021, por meio de videoconferência.</p> <p>O módulo EAD envolvendo os aspectos jurídicos da lavratura de autos de infração será elaborado concomitantemente e deverá ser concluído até dezembro de 2021.</p>
17.8					Não haver retorno de informações do processamento sobre a forma de atuação dos fiscais	Repetir erros que provocam alteração no auto e dificuldade de processamento	Retrabalho	7,616	MÉDIO	Não			SUCPAN	ago/19	ago/20	<p>Foi criado um registro relatório do resultado das análises de autos de infração em que são gravados os principais motivos de anulação. Além disso, quando há uma anulação, a área responsável sempre é notificada, para ciência e adoção das providências cabíveis.</p> <p>A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Uma nova alteração do Decreto 47.383/2018 está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASJUR em 27/01/2021.</p> <p>Pela experiência vivenciada na tramitação de expedientes semelhantes estipula-se que a publicação do Decreto de alteração ocorra até junho de 2021. DANOR/SUCPAN: Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviço.</p> <p>A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p> <p>Após a publicação da revisão do Decreto nº 47.383/2021 será realizada capacitação para a PMMG e áreas técnicas pertinentes. Caso a publicação do Decreto de revisão ocorra até junho de 2021, as capacitações serão realizadas em julho e agosto de 2021, por meio de videoconferência.</p> <p>O módulo EAD envolvendo os aspectos jurídicos da lavratura de autos de infração será elaborado concomitantemente e deverá ser concluído até dezembro de 2021.</p>
18.1	Suspende Atividade Irregular				Não há acompanhamento	A empresa não suspender de fato a atividade	Continuidade da infração	20,5	ALTO	Não			SEFIS	ago/19	ago/20	<p>O PAF 2021 conta novamente com as diretrizes para as DFISCs/SEMAD de fiscalização dos empreendimentos omissos no IRA e também de retorno em locais já fiscalizados.</p> <p>Estão previstas 452 operações de fiscalização pela PM durante o ano de 2021, o objetivo é iniciar paulatinamente o retorno a locais já fiscalizados para verificação do cumprimento da suspensão de atividades.</p> <p>Está em fase final de construção o módulo de áreas embargadas do SISAFAI, que permitirá uma gestão mais aprofundada do tema, inclusive para o estabelecimento de estratégias de atuação. O Cronograma das ações de implementação está descrito no processo SEI 1370.01.0000940/2019-19, MEMO 8-Defis e citado na sequência para conhecimento :</p> <p>1. Matriz de testes: Concluída nas plataformas APP e Web.</p> <p>2. Capacitação para todos os usuários (atualmente cerca de 1600) antes de sua migração para o ambiente de produção do sistema: Vídeos explicativos e disponibilização das novas instruções de serviço: 09/02/2021</p> <p>- Treinamento em formato de alinhamento remoto: Equipes SISEMA: 16 a 19/02/2021</p> <p>- Equipes Polícia Militar Ambiental: 22 a 26/02/2021</p> <p>3. Criação de perfis de acesso e treinamento específico para as áreas competentes a realizar a retirada de embargo/suspensão: 01 a 05/03/2021</p> <p>4. Data de comunicação às equipes acerca da nova versão do Sisaí: 09/02/2021</p> <p>5. Data de início das novas atividades em produção: 16/02/2021</p> <p>O módulo de medição de áreas atualizado do SISAFAI entrou em produção em 16/02/2021, sendo obrigatória sua utilização para lavratura de autos de infração contendo códigos do Anexo III dos Decretos 47.383/18 e 47.838/20, cuja incidência da pena é por unidade de área.</p> <p>Neste momento o sistema já está totalmente apto a receber os polígonos das áreas autuadas e a equipe de suporte do sistema tem prestado as orientações às equipes.</p> <p>Tendo em vista as manutenções evolutivas e corretivas em curso na função de exportação de</p>

19.1	Aplica Multa Simples					Demora em conceder a documentação (número reduzido de técnicos)	Depender do Estado para obter o documento	Atividade funcionar de maneira irregular	7,148	MÉDIO	Sim	A Resolução Conjunta SEMAD/SEPLAG/SEF nº 2.739/2018 instituiu o Programa de Eficiência Ambiental âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com metas de redução do número de processos no passivo de Licenciamento Ambiental, de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e de Documentos Autorizativos de Intervenção Ambiental – DAIA até o ano de 2022, visando à promoção do desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da eficiência na gestão ambiental e de ações voltadas à otimização da análise e finalização de processos de regularização ambiental. Vale ressaltar que houve o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2018, possibilitando melhoria na resposta dos pedidos de licenciamento.				Em acordo entre a SUFIS e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ficou estabelecido que: 1) a integração do Sistema de Fiscalização e do Sistema de Denúncias aos demais sistemas do SISEMA ocorrerá por meio do novo sistema de processamento de Autos de Infração, que conforme cronograma atual deverá estar concluído até dezembro de 2022. 2)O desenvolvimento do sistema de processamento de Autos de Infração se iniciará no corrente ano (2021) em função do aporte de recursos oriundos do acordo judicial da Vale já assinado e do acordo judicial com o Supermercado Bahamas, que está em fase final para assinatura. (Previsão de homologação: Maio/2021) 3) as manutenções evolutivas dos sistemas se darão mediante cronograma anual acordado entre a área gestora do sistema e a STI, com a validação e priorização dos dirigentes máximos. No primeiro bimestre de cada ano será feita uma avaliação das manutenções entregues no ano anterior e atualização da lista de demandas. Após isso, a STI fará a programação de cumprimento até o final do ano corrente. No ano seguinte retoma-se o trabalho de avaliação das entregas e novas demandas. Além disso, em acordo com a Suram e a STI ficou estabelecido que a Fase IV do SLA, que contemplará as ações de gestão de condicionantes, está previsto para dezembro de 2022.
20.1	Embarga Atividade					Não há acompanhamento	Empresa retomar a atividade embargada	Continuidade da infração	20,5	ALTO	Não	No PAF 2019 houve diretriz e foram planejadas ações de fiscalizações em empreendimentos omissos no Índice de Regularização Ambiental - IRA, cujo objetivo era avaliar se um empreendimento autuado por falta de autorização estadual, continuava operando sem as autorizações. Outra diretriz foi a realização de operações de retorno em empreendimentos já fiscalizados, de modo a avaliar o cumprimento de suspensão de atividades e ainda a obtenção da regularização ambiental. Além disso, diante da constatação e/ou denúncia da atividade irregular de um empreendimento suspenso, a equipe deve programar retorno ao local ou solicita apoio da PM Mamb para verificação e adoção das medidas previstas em lei.	SEFIS	ago/19	ago/20	O PAF 2021 conta novamente com as diretrizes para as DFISCS/SEMAD de fiscalização dos empreendimentos omissos no IRA e também de retorno em locais já fiscalizados. Estão previstas 452 operações de fiscalização pela PM durante o ano de 2021, o objetivo é iniciar paulatinamente o retorno a locais já fiscalizados para verificação do cumprimento da suspensão de atividades. Está em fase final de construção o módulo de áreas embargadas do Sisfai, que permitirá uma gestão mais aprofundada do tema, inclusive para o estabelecimento de estratégias de atuação. O Cronograma das ações de implementação está descrito no processo SEI 1370.01.0000940/2019-19, MEMO 8-Defis e citado na sequência para conhecimento : 1. Matriz de testes: Concluída nas plataformas APP e Web. 2. Capacitação para todos os usuários (atualmente cerca de 1600) antes de sua migração para o ambiente de produção do sistema: Vídeos explicativos e disponibilização das novas instruções de serviço: 09/02/2021 - Treinamento em formato de alinhamento remoto: Equipes SISEMA: 16 a 19/02/2021 - Equipes Polícia Militar Ambiental: 22 a 26/02/2021 3. Criação de perfis de acesso e treinamento específico para as áreas competentes a realizar a retirada de embargo/suspensão: 01 a 05/03/2021 4. Data de comunicação às equipes acerca da nova versão do Sisfai: 09/02/2021 5. Data de início das novas atividades em produção: 16/02/2021 6. Data da primeira carga na Camada Áreas Embargadas/Suspensas na IDE: Prevista para 03/03/2021
21.1	Cientifica o Autuado					Endereços são desatualizados	Não encontrar o autuado	Cientificar por edital	5,57	MÉDIO	Sim	Foi feita a publicação da Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019, que estabelece, no âmbito dos processos administrativos de apuração de infrações ambientais sob a responsabilidade do SISEMA, o procedimento de identificação por meio do aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. O procedimento de identificação a que se refere o caput aplica-se a todas as identificações relativas a atos de fiscalização ambiental realizados no âmbito do Sisema, abrangendo a notificação, o auto de fiscalização, o auto de infração, a emenda e as decisões relacionadas à defesa, ao recurso e às questões incidentais. Além disso, foi publicada também a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.817, de 17 de junho de 2019, que estabelece os critérios para vinculação dos usuários do SISEMA à rede INFOSEG. A partir de então é possível difundir entre os servidores da fiscalização ambiental o acesso ao sistema INFOSEG, que reúne diversas bases de dados governamentais que contêm registros de pessoas e empresas, incluindo número de documentos, endereços, histórico judicial, entre outros.				A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração. - Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, elevando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
22.1	Inserção no CAP					Falta de zelo	Não preencher os dados essenciais	Falta de informações completas no sistema	1	BAIXO						Atualmente, o Sisfai possui interface com o CAP, para viabilizar o cadastro automático, após a lavratura. Entretanto, compete ao agente responsável pela lavratura do auto de infração a confirmação de que o cadastro foi feito de forma adequada e completa, antes da remessa do processo administrativo para a unidade de processamento. Além disso, foi criado o "Manual de Procedimentos Administrativos da Diretoria de Autos de Infração", onde constam informações sobre o adequado preenchimento do CAP, sobre a adequada instrução do processo administrativo e sobre todos os procedimentos e rotinas administrativas envolvidos.
22.2						Não são campos obrigatórios	Não preencher os dados essenciais	Falta de informações completas no sistema	2	BAIXO						Atualmente, o Sisfai possui interface com o CAP, para viabilizar o cadastro automático, após a lavratura. Entretanto, compete ao agente responsável pela lavratura do auto de infração a confirmação de que o cadastro foi feito de forma adequada e completa, antes da remessa do processo administrativo para a unidade de processamento. Além disso, foi criado o "Manual de Procedimentos Administrativos da Diretoria de Autos de Infração", onde constam informações sobre o adequado preenchimento do CAP, sobre a adequada instrução do processo administrativo e sobre todos os procedimentos e rotinas administrativas envolvidos.
24.1						Dificuldade de identificar em campo a pessoa apta a receber a identificação.	Cientificar preposto sem poderes de decisão	Necessidade de proceder a correta identificação	3,463	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.2						Dificuldade de identificar em campo a pessoa apta a receber a identificação.	Cientificar preposto sem poderes de decisão	Nulidade dos atos praticados	3,463	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.3						Falta de zelo do servidor responsável	Cientificar preposto sem poderes de decisão	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta identificação	3,463	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.4						Dificuldade na aferição dos dados (em campo ou nos sistemas informatizados)	Dados do autuado estarem incorretos	Retrabalho	3,463	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.5						Falta de zelo	Dados do autuado estarem incorretos	Retrabalho	3,463	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.6						Dificuldade na aferição dos dados (em campo ou nos sistemas informatizados)	Dados do autuado estarem incorretos	Nulidade dos atos praticados	4,624	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.7						Falta de zelo	Dados do autuado estarem incorretos	Nulidade dos atos praticados	4,624	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.8						Dificuldade na aferição dos dados (em campo ou nos sistemas informatizados)	Dados do autuado estarem incorretos	Processos judiciais contra o Estado	6,103	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.
24.9						Falta de zelo	Dados do autuado estarem incorretos	Processos judiciais contra o Estado	6,103	MÉDIO	Não	Incluir nas rotinas de treinamento dos agentes autuantes as ferramentas para a correta identificação. Estabelecer acesso aos sistemas disponíveis para identificação dos endereços. Acesso a INFOSEG através da Resolução Conjunta SEMAD-IEF-FEAM-IGAM 2817/2019 (A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, através do emprego da tecnologia da informação e comunicação.	SUCPRO	Imediato	dez/19	Houve uma ampliação do acesso ao Infosegg para servidores da Fiscalização, em 2020, ampliando a capacidade de proceder a correta identificação dos autuados.

24.10					Sistema obsoleto não atende	Atrasos no processamento	Prescrição	28,938	EXTREMO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A., assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
24.11					Falta de Pessoal	Atrasos no processamento	Prescrição	38,584	EXTREMO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A., assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
24.12					Falta de estrutura (material escritório e serviços - correios e reprografia)	Atrasos no processamento	Prescrição	28,938	EXTREMO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/GAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/20	A Resolução Conjunta Semad/FEAM/GAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/GAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta Institui o procedimento de identificação da lavratura de autos de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração. DAINF/SUCPRO: Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Lusa).
24.13					Volume alto de passivo de autos de infração	Atrasos no processamento	Prescrição	38,584	EXTREMO	Não		Ao longo dos últimos anos foram adotadas medidas que proporcionaram elevação da produtividade. As medidas foram amplamente expostas nos relatórios "Diagnóstico DAINF 2017" e "Relatório DAINF 2018". A contínua redução desse passivo será obtida pelo sucesso das ações gerenciais adotadas para otimizar os trabalhos das unidades de processamento, sobretudo após a implementação de um novo sistema de processamento de autos de infração	SUFIS	jan/20	dez/20	A DAINF/SUCPRO está trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A., assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
24.14					Não há engajamento necessário dos servidores	Atrasos no processamento	Prescrição	28,938	EXTREMO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	A DAINF/SUCPRO está trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
24.15					Necessidade de melhoria no fluxo de trabalho individual	Atrasos no processamento	Prescrição	28,938	EXTREMO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	A DAINF/SUCPRO está trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
24.16					Necessidade de melhoria na legislação	Atrasos no processamento	Prescrição	19,292	ALTO	Não		Revisão do Decreto 47.383/2018, Revisão da Instrução de Serviços 03 e realização de consultas à AGE sobre temas relacionados ao processamento dos autos de infração.	DANOR	Imediato	dez/19	Houve a publicação de alteração do Decreto 47.383/2018 em janeiro/20. Nova alteração está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASJUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASJUR iniciou a elaboração de Nota Técnica, no entanto, se trata de atividades desenvolvida em outro setor. Previsão de conclusão da revisão do Decreto: Junho/2021. Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021. Além disso, foi criada pela Resolução CTL nº 2, de 21 de dezembro de 2020, disponível no link http://www.pesquisailegislativa.mg.gov.br/LegislacaoCompleta.aspx?cod=194004&marc= , Comissão Temática para promover a discussão de eventual elaboração de minuta de ato normativo sobre os temas: Reposição e Taxa Florestal, Bens Apreendidos, Prescrição Intercorrente e Correção Monetária/Juros. Os trabalhos do grupo se iniciaram em Janeiro/21. Os trabalhos estão sob a gestão da CTL. Serão realizadas, em média, duas reuniões quinzenais por tema. Embora o Grupo de Trabalho não tenha sido criado com prazo específico de duração, há a pretensão de que os trabalhos sejam concluídos até o mês de julho de 2021.
24.17					Sistema obsoleto não atende	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	14,205	ALTO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A., assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
24.18					Falta de Pessoal	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	18,94	ALTO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A., assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.

24.19				Falta de estrutura (material escritório e serviços - correios e reprografia)	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	14,205	ALTO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a cientificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/20	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p> <p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
24.20				Volume alto de passivo de autos de infração	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	18,94	ALTO	Não		Ao longo dos últimos anos foram adotadas medidas que proporcionaram elevação da produtividade. As medidas foram amplamente expostas nos relatórios "Diagnóstico DAINF 2017" e "Relatório DAINF 2018". A contínua redução desse passivo será obtida pelo sucesso das ações gerenciais adotadas para otimizar os trabalhos das unidades de processamento, sobretudo após a implementação de um novo sistema de processamento de autos de infração	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
24.21				Não há engajamento necessário dos servidores	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	14,205	ALTO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	<p>A DAINF/SUCPRO está trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual.</p> <p>Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.</p>
24.22				Necessidade de melhoria no fluxo de trabalho individual	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	14,205	ALTO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	<p>A DAINF/SUCPRO está trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual.</p> <p>: Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.</p>
24.23				Necessidade de melhoria na legislação	Atrasos no processamento	Responsabilizaçã o	9,47	MÉDIO	Não		Revisão do Decreto 47.383/2018, Revisão da Instrução de Serviços 03 e realização de consultas à AGE sobre temas relacionados ao processamento dos autos de infração.	DANOR	Imediato	dez/19	<p>Houve a publicação de alteração do Decreto 47.383/2018 em janeiro/20. Nova alteração está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASJUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASJUR iniciou a elaboração de Nota Técnica, no entanto, se trata de atividades desenvolvida em outro setor. Previsão de conclusão da revisão do Decreto: Junho/2021.</p> <p>Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p> <p>Além disso, foi criada pela Resolução CTL nº 2, de 21 de dezembro de 2020, disponível no link http://www.pesquisalegislativa.mg.gov.br/Legislacao/Completa.aspx?codigo=154004&marc=... Comissão Temática para promover a discussão de eventual elaboração de minuta de ato normativo sobre os temas: Reposição e Taxa Florestal, Bens Apreendidos, Prescrição Intercorrente e Correção Monetária/Juros. Os trabalhos do grupo se iniciaram em Janeiro/21. Os trabalhos estão sob a gestão da CTL. Serão realizadas, em média, duas reuniões quinzenais por tema. Embora o Grupo de Trabalho não tenha sido criado com prazo específico de duração, há a pretensão de que os trabalhos sejam concluídos até o mês de julho de 2021.</p>
24.24				Sistema obsoleto não atende	Atrasos no processamento	Ações judiciais	16,077	ALTO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
24.25	Processamento do auto de infração			Falta de Pessoal	Atrasos no processamento	Ações judiciais	21,436	ALTO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
24.26				Falta de estrutura (material escritório e serviços - correios e reprografia)	Atrasos no processamento	Ações judiciais	16,077	ALTO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a cientificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/20	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>

[illegible]

24.36					Necessidade de melhoria no fluxo de trabalho individual	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	3,333	MÉDIO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	<p>Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>: Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual.</p> <p>: Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.</p>
24.37					Necessidade de melhoria na legislação	Atrasos no processamento	Reclamação do empreendedor	2,222	BAIXO	Não		Revisão do Decreto 47.383/2018, Revisão da Instrução de Serviços 03 e realização de consultas à AGE sobre temas relacionados ao processamento dos autos de infração.	DANOR	Imediato	dez/19	<p>Houve a publicação de alteração do Decreto 47.383/2018 em janeiro/20. Nova alteração está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASIUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASIUR iniciou a elaboração de Nota Técnica, no entanto, se trata de atividades desenvolvida em outro setor. Previsão de conclusão da revisão do Decreto: Junho/2021.</p> <p>Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p> <p>Além disso, foi criada pela Resolução CTL nº 2, de 21 de dezembro de 2020, disponível no link http://www.pesquisailegislativa.mg.gov.br/LegislacaoCompleta.aspx?cod=194004&marc=Comissao Temática para promover a discussão de eventual elaboração de minuta de ato normativo sobre os temas: Reposição e Taxa Florestal, Bens Apreendidos, Prescrição Intercorrente e Correção Monetária/Juros. Os trabalhos do grupo se iniciaram em Janeiro/21. Os trabalhos estão sob a gestão da CTL. Serão realizadas, em média, duas reuniões quinzenais por tema. Embora o Grupo de Trabalho não tenha sido criado com prazo específico de duração, há a pretensão de que os trabalhos sejam concluídos até o mês de julho de 2021.</p>
24.38					Sistema obsoleto não atende	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	6,483	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASIUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022..</p>
24.39					Falta de Pessoal	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	8,644	MÉDIO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estágiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automação de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>DAINF/SUCPRO: Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASIUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
24.40					Falta de estrutura (material escritório e serviços - correios e reprografia)	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	6,483	MÉDIO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/IGAM 2.808/2019 já permite a certificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/20	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à certificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta Institui o procedimento de certificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a certificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>: Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>
24.41					Volume alto de passivo de autos de infração	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	8,644	MÉDIO	Não		Al longo dos últimos anos foram adotadas medidas que proporcionaram elevação da produtividade. As medidas foram amplamente expostas nos relatórios "Diagnóstico DAINF 2017" e "Relatório DAINF 2018". A continua redução desse passivo será obtida pelo sucesso das ações gerenciais adotadas para otimizar os trabalhos das unidades de processamento, sobretudo após a implementação de um novo sistema de processamento de autos de infração	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>: Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASIUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
24.42					Não há engajamento necessário dos servidores	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	6,483	MÉDIO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	<p>Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>: Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual.</p> <p>: Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.</p>
24.43					Necessidade de melhoria no fluxo de trabalho individual	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	6,483	MÉDIO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos.	DAINF	Em andamento	Contínuo	<p>Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual.</p> <p>Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.</p>
24.44					Necessidade de melhoria na legislação	Atrasos no processamento	Pressão sobre os servidores da área	4,322	MÉDIO	Não		Revisão do Decreto 47.383/2018, Revisão da Instrução de Serviços 03 e realização de consultas à AGE sobre temas relacionados ao processamento dos autos de infração.	DANOR	Imediato	dez/19	<p>Houve a publicação de alteração do Decreto 47.383/2018 em janeiro/20. Nova alteração está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASIUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASIUR iniciou a elaboração de Nota Técnica, no entanto, se trata de atividades desenvolvida em outro setor. Previsão de conclusão da revisão do Decreto: Junho/2021.</p> <p>Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p> <p>Além disso, foi criada pela Resolução CTL nº 2, de 21 de dezembro de 2020, disponível no link http://www.pesquisailegislativa.mg.gov.br/LegislacaoCompleta.aspx?cod=194004&marc=Comissao Temática para promover a discussão de eventual elaboração de minuta de ato normativo sobre os temas: Reposição e Taxa Florestal, Bens Apreendidos, Prescrição Intercorrente e Correção Monetária/Juros. Os trabalhos do grupo se iniciaram em Janeiro/21. Os trabalhos estão sob a gestão da CTL. Serão realizadas, em média, duas reuniões quinzenais por tema. Embora o Grupo de Trabalho não tenha sido criado com prazo específico de duração, há a pretensão de que os trabalhos sejam concluídos até o mês de julho de 2021.</p>

24.45					Poucos servidores aptos a trabalhar com esses processos complexos	Não tratar casos relevantes (complexo minerário) prioritariamente	Tratar processo menos relevantes em detrimento dos mais complexos	5,56	MÉDIO	Não		Capacitação dos servidores das unidades de processamento. Criação de cursos para capacitação dos servidores de maneira contínua, com métodos formais de ensino e fixação do conhecimento.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Uma nova alteração do Decreto 47.383/2018 está programada para 2021.</p> <p>A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASJUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASJUR iniciou a elaboração de Nota Técnica. Previsão de conclusão: junho de 2021.</p> <p>Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p> <p>Após a publicação da revisão do Decreto nº 47.383/2021 será realizada capacitação para a PMMG e áreas técnicas pertinentes. Caso a publicação do Decreto de revisão ocorra até junho de 2021, as capacitações serão realizadas em julho e agosto de 2021, por meio de videoconferência. O módulo EAD envolvendo os aspectos jurídicos da lavratura de autos de infração será elaborado concomitantemente e deverá ser concluído até dezembro de 2021.</p>
24.46					Não existe critério normativo (a norma que rege é a da prescrição, que atua em qualquer processo e cujo critério é cronológico)	Não tratar casos relevantes (complexo minerário) prioritariamente	Tratar processo menos relevantes em detrimento dos mais complexos	9,652	MÉDIO	Não		Fixação de critérios de priorização de processos, a partir do fornecimento de dados para subsidiar a instituição de tais critérios.Revisão do Decreto 47.383/2018, Revisão da Instrução de Serviços 03 e realização de consultas à AGE sobre temas relacionados ao processamento dos autos de infração.	SUFIS	jan/20	dez/20	Atualmente, no âmbito da Dainf, autos de maior expressividade ambiental podem ser priorizados. A Supcro, juntamente com a Dainf, a Danor e a própria Sufis avalia a possibilidade de criação de um instrumento (a ser definido) que traga regras mais claras sobre a priorização de processamento de autos de infração, a partir de critérios a serem definidos. A definição quanto a pertinência da criação desse instrumento, bem como a própria criação do instrumento, caso seja se opte por isso, ocorrerá até junho de 2021.
25.1	Juntada de Certidões para AGE				Ausência de sistema informatizado	Juntada manual gera demora	Necessidade de parar a equipe para elaborar planilha de certidões com acúmulo de documentos para assinar	12,675	ALTO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável.	Gabinete SUFIS/ SUPCRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
26.1	AGE Toma as Providências				Falta de conhecimento e divulgação de entendimentos jurídicos entre SEMAD e AGE	Divergência de entendimentos e dificuldade de alinhamento de entendimento	Devolução de processos	13,872	ALTO	Não		Elaborar cronograma de reuniões de alinhamento entre a unidade de processamento de autos de infração e a advocacia geral do estado, a fim de harmonizar os entendimentos sobre as situações mais comuns. Criação do registro de motivos de devolução, a fim de mapear os problemas mais recorrentes.	DAINF	Imediato	dez/19	<p>A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos.</p> <p>Especificamente com a AGE foram realizadas duas recentes reuniões de alinhamento, que resultaram em duas atas com procedimentos a serem adotados em casos que geram problemas comuns. As atas foram divulgadas para as equipes de processamento (Ata da Reunião de 2019: 1370.01.0013489/2019-17; Ata da Reunião de 2020: 1370.01.0000598/2021-32).</p>
27.1	Emissão do DAE				Falta de sistema informatizado que permita a emissão on line pelo proprio autuado	Demora no procedimento (mesmo quando o autuado deseja realizar o pagamento)	Demora na conclusão do procedimento	4,88	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos.	Gabinete SUFIS/ SUPCRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
27.2					Falta de sistema informatizado que permita a emissão on line pelo proprio autuado	Demora no procedimento (mesmo quando o autuado deseja realizar o pagamento)	Demora no pagamento ao Estado	4,88	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos.	Gabinete SUFIS/ SUPCRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
28.1	Termo de Confissão				Demora nas etapas burocráticas	Empresa desistir da confissão	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	4,88	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos e a emissão do termo de confissão. Revisão das normas que vislumbam os créditos não tributários do estado (46.668/2014) ou criação de norma específica para os ambientais.	Gabinete SUFIS/ SUPCRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
28.2					Ausência de sistema informatizado que permita a emissão on line (semelhante ao do crédito tributário)	Empresa desistir da confissão	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	4,88	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos e a emissão do termo de confissão.	Gabinete SUFIS/ SUPCRO	jan/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
28.3					Entraves legais	Empresa desistir do parcelamento	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	3,463	MÉDIO	Não		Revisão das normas que vislumbam os créditos não tributários do estado (46.668/2014) ou criação de norma específica para os ambientais, de forma que a celebração de um parcelamento de multa ambiental fique simplificado, reduzindo os requisitos de admissibilidade e facilitando a celebração do termo de parcelamento.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>questões afetas ao crédito não tributário sempre foram abordadas junto a AGE e não com a SEF.</p> <p>Vale ressaltar que a SEF é responsável pela gestão do crédito tributário. Ademais, todas as questões afetas ao parcelamento dos créditos não tributários sempre foram tratadas com a AGE. Desse modo, optamos por fazer a abordagem inicial junto a AGE, para, posteriormente, avaliarmos a necessidade de abordarmos a questão com a SEF.</p> <p>O Decreto nº 46.668/2014 estabelece o Regulamento do Processo Administrativo de constituição do Crédito Estadual não tributário – RPACE – no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. O referido decreto é aplicado a todo crédito não tributário no âmbito do estado de Minas Gerais. A alteração desse decreto depende de uma articulação mais ampla, inclusive com a própria AGE.</p> <p>A Supcro abordará a possibilidade de promover ajustes no referido decreto em sua próxima reunião com a 1ª</p>
28.4					Dificuldade gerada para parcelar em maior número de vezes (exigência de garantias e excesso de burocracia)	Empresa desistir do parcelamento	Empresa não parcela e Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	6,926	MÉDIO	Não		Revisão das normas que vislumbam os créditos não tributários do estado (46.668/2014) ou criação de norma específica para os ambientais, de forma que a celebração de um parcelamento de multa ambiental fique simplificado, reduzindo os requisitos de admissibilidade e facilitando a celebração do termo de parcelamento.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>questões afetas ao crédito não tributário sempre foram abordadas junto a AGE e não com a SEF.</p> <p>Vale ressaltar que a SEF é responsável pela gestão do crédito tributário. Ademais, todas as questões afetas ao parcelamento dos créditos não tributários sempre foram tratadas com a AGE. Desse modo, optamos por fazer a abordagem inicial junto a AGE, para, posteriormente, avaliarmos a necessidade de abordarmos a questão com a SEF.</p> <p>O Decreto nº 46.668/2014 estabelece o Regulamento do Processo Administrativo de constituição do Crédito Estadual não tributário – RPACE – no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. O referido decreto é aplicado a todo crédito não tributário no âmbito do estado de Minas Gerais. A alteração desse decreto depende de uma articulação mais ampla, inclusive com a própria AGE.</p>
29.1	Entrada Prévia de 5%				Situação financeira do empreendedor	Empresa não ter condição de arcar com este custo inicial	Parcelamento não efetivado. Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	2,161	BAIXO	Não		Revisão das normas que vislumbam os créditos não tributários do estado (46.668/2014) ou criação de norma específica para os ambientais, de forma que a celebração de um parcelamento de multa ambiental fique simplificado, reduzindo os requisitos de admissibilidade e facilitando a celebração do termo de parcelamento.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>O crédito não tributário está abordado no âmbito da Lei nº 21.735/2015 e do Decreto nº 46.668/2014. As questões afetas ao crédito não tributário sempre foram abordadas junto a AGE e não com a SEF.</p> <p>Vale ressaltar que a SEF é responsável pela gestão do crédito tributário. Ademais, todas as questões afetas ao parcelamento dos créditos não tributários sempre foram tratadas com a AGE. Desse modo, optamos por fazer a abordagem inicial junto a AGE, para, posteriormente, avaliarmos a necessidade de abordarmos a questão com a SEF.</p> <p>O Decreto nº 46.668/2014 estabelece o Regulamento do Processo Administrativo de constituição do Crédito Estadual não tributário – RPACE – no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. O referido decreto é aplicado a todo crédito não tributário no âmbito do estado de Minas Gerais. A alteração desse decreto depende de uma articulação mais ampla, inclusive com a própria AGE.</p> <p>A Supcro abordará a possibilidade de promover ajustes no referido decreto em sua próxima reunião com a 1ª</p>
29.2					Não há negociação do % de entrada previa	Empresa não ter condição de arcar com este custo inicial	Parcelamento não efetivado. Estado não recebe imediatamente, gerando desdobramentos (cobrança pela AGE)	2,161	BAIXO	Não		Revisão das normas que vislumbam os créditos não tributários do estado (46.668/2014) ou criação de norma específica para os ambientais, de forma que a celebração de um parcelamento de multa ambiental fique simplificado, reduzindo os requisitos de admissibilidade e facilitando a celebração do termo de parcelamento.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>O crédito não tributário está abordado no âmbito da Lei nº 21.735/2015 e do Decreto nº 46.668/2014. As questões afetas ao crédito não tributário sempre foram abordadas junto a AGE e não com a SEF.</p> <p>Vale ressaltar que a SEF é responsável pela gestão do crédito tributário. Ademais, todas as questões afetas ao parcelamento dos créditos não tributários sempre foram tratadas com a AGE. Desse modo, optamos por fazer a abordagem inicial junto a AGE, para, posteriormente, avaliarmos a necessidade de abordarmos a questão com a SEF.</p> <p>O Decreto nº 46.668/2014 estabelece o Regulamento do Processo Administrativo de constituição do Crédito Estadual não tributário – RPACE – no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. O referido decreto é aplicado a todo crédito não tributário no âmbito do estado de Minas Gerais. A alteração desse decreto é aplicado a todo crédito não tributário no âmbito do estado de Minas Gerais. A alteração</p>

30.1	Encaminhamento das Guias de Pagamento					Excesso de trabalho	Esquecer de enviar as guias mensais	Não realiza o pagamento. Parcelamento pode ser cancelado (3 ausências de pgto)	3,184	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos e a emissão do termo de confissão.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
30.2						Falta de sistematização das rotinas	Esquecer de enviar as guias mensais	Não realiza o pagamento. Parcelamento pode ser cancelado (3 ausências de pgto)	6,368	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos e a emissão do termo de confissão.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022).
30.3						Mudança de endereço	Empresa não receber a guia encaminhada	Não realiza o pagamento. Parcelamento pode ser cancelado (3 ausências de pgto)	6,368	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo em prazo razoável. O sistema viabilizará, de forma online, a emissão de DAE, bem como o parcelamento dos débitos e a emissão do termo de confissão. A Resolução Conjunta SEMAD/EF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	O processo para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração está caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas. O acordo já está estruturado, tendo recebido manifestação favorável da AGE em manifestação expedida em 13/01/2021 (1370.01.0048483/2020-53). Após sua homologação, ocorrerá o aporte de verba de R\$ 400.000,00 para que seja iniciada a construção do sistema de processamento de autos de infração, com a contratação de profissionais para trabalhar exclusivamente para esse fim. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022. Em que pese a identificação eletrônica dos autos de infração tenha sido ampliada pela Resolução Conjunta SEMAD – FEAM – IEF – IGAM Nº 3.002, de 08-09-2020, seus termos não se aplicam as demais identificações realizadas durante o trâmite do processo de auto de infração.
31.1	Processamento de admissibilidade da defesa do auto de infração					Demora na verificação da admissibilidade (gerando paralisação do processo)	Prescrição intercorrente do processo	Impossibilidade de cobrança posterior com perda de receita	27,903	ALTO	Não		Criar um procedimento operacional padrão para que a verificação dos requisitos de admissibilidade no momento do recebimento da defesa.	DAINF	Imediato	dez/19	Houve o desenvolvimento de ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. O manual inclui procedimentos para verificação da admissibilidade.
31.2						Demora na verificação da admissibilidade (gerando paralisação do processo)	Prescrição intercorrente do processo	Responsabilização	9,885	MÉDIO	Não		Criar um procedimento operacional padrão para que a verificação dos requisitos de admissibilidade no momento do recebimento da defesa.	DAINF	Imediato	dez/19	Houve o desenvolvimento de ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. O manual inclui procedimentos para verificação da admissibilidade.
31.3						Demora na verificação da admissibilidade (gerando paralisação do processo)	Prescrição intercorrente do processo	Ações judiciais	19,146	ALTO	Não		Criar um procedimento operacional padrão para que a verificação dos requisitos de admissibilidade no momento do recebimento da defesa.	DAINF	Imediato	dez/19	Houve o desenvolvimento de ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. O manual inclui procedimentos para verificação da admissibilidade.
31.4						Demora na verificação da admissibilidade (gerando paralisação do processo)	Prescrição intercorrente do processo	Reclamação do empreendedor	3,333	MÉDIO	Não		Criar um procedimento operacional padrão para que a verificação dos requisitos de admissibilidade no momento do recebimento da defesa.	DAINF	Imediato	dez/19	Houve o desenvolvimento de ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. O manual inclui procedimentos para verificação da admissibilidade.
31.5						Demora na verificação da admissibilidade (gerando paralisação do processo)	Prescrição intercorrente do processo	Pressão sobre os servidores da área	6,816	MÉDIO	Não		Criar um procedimento operacional padrão para que a verificação dos requisitos de admissibilidade no momento do recebimento da defesa.	DAINF	Imediato	dez/19	Houve o desenvolvimento de ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. O manual inclui procedimentos para verificação da admissibilidade.
31.6						Legislação não cria outros mecanismos para evitar defesa protelatória	Admitir defesa meramente protelatória	Acúmulo de trabalho sem meios para adequada vazão desse volume	13,872	ALTO	Não		Criação de mecanismos legais para desestimular a apresentação de defesa protelatória, como por exemplo a instituição da Taxa de Expediente, que determinou, como requisito de admissibilidade das defesas e recursos o pagamento de uma taxa para prestação do serviço de análise.	SUCPRO	Imediato	dez/19	A proposta de revisão do Decreto nº 47 383/2018, encaminhada em janeiro de 2021, contempla a possibilidade de criação de um rito sumário para o processamento de autos de infração de menor valor/complexidade. A proposta tem o potencial de diminuir significativamente a incidência da apresentação de recursos administrativos. A minuta está em avaliação na Assessoria Jurídica da Semad.
31.7						Inexistência da norma que regulamenta a prescrição intercorrente no âmbito administrativo	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Impossibilidade de cobrança posterior com perda de receita	9,301	MÉDIO	Não		Analisar os processos em prazo razoável, através da Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo. Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estágiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal para outras tarefas.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
31.8						Inexistência da norma que regulamenta a prescrição intercorrente no âmbito administrativo	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Responsabilização	3,295	MÉDIO	Não		Analisar os processos em prazo razoável, através da Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo. Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estágiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal para outras tarefas.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
31.9						Inexistência da norma que regulamenta a prescrição intercorrente no âmbito administrativo	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Ações judiciais	6,382	MÉDIO	Não		Analisar os processos em prazo razoável, através da Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo. Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estágiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal para outras tarefas.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
31.10						Inexistência da norma que regulamenta a prescrição intercorrente no âmbito administrativo	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Reclamação do empreendedor	1,111	BAIXO	Não		Analisar os processos em prazo razoável, através da Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo. Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estágiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal para outras tarefas.	Gabinete SUFIS/ SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.

31.11						Inexistência da norma que regulamenta a prescrição intercorrente no âmbito administrativo	Reconhecimento da prescrição no âmbito judicial	Pressão sobre os servidores da área	2,272	BAIXO	Não		Analisar os processos em prazo razoável, através da Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitua o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo. Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal para outras tarefas.	Gabinete SUF/SUCPRO	jan/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.	
32.1		Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve	Forte	Forte	Demora na verificação da admissibilidade (gerando paralisação do processo)	Identificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3	BAIXO	Não		3	BAIXO	Não	DAINF	Imediato	dez/19	Houve o desenvolvimento de ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. O manual inclui procedimentos para verificação da admissibilidade.
32.2	Complemento da Defesa	Parecer AGE (trata da tempestividade mas está sendo estendido para esses casos) manteve suspensão da prescrição mesmo para defesas incompletas	Forte	Forte	Falta de meios para identificação da empresa (correios)	Cientificação do autuado para realização da emenda próxima ao prazo prescricional (quando o autuado é inerte)	Defesa não ser admitida. Prescrição.	3	BAIXO	Não		3	BAIXO	Não	SUFIS	Imediato	dez/20	A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração. Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liata).
33.1	Análise da Defesa				Falta de qualificação técnica sobre o assunto	Não ter especificidade técnica quando necessário (Baixa qualificação técnica do analista)	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	11,64	ALTO	Não		11,64	ALTO	Não	SUFIS	Imediato	dez/19	Foram realizadas duas reuniões de alinhamento com os coordenadores das unidades de processamento (Dainf, Nais das Suprams e Nais das Entidades Vinculadas) em 21/09/2020 e em 14/10/2020. Diversos pontos envolvendo o processamento de autos de infração foram abordados. As unidades de processamento mandaram suas dúvidas previamente e os pontos foram discutidos durante a reunião. As reuniões continuaram ocorrendo em 2021. A previsão é que ocorram trimestralmente. A próxima reunião deverá ocorrer em março de 2021. Para subsidiar a atuação das unidades de processamento também foi reativado e ampliado o banco de Teses através do Portal DAINF, que concentra treinamentos, material, artigos e textos sobre diversos temas atinentes ao processamento dos autos de infração para servir de material de consulta e estudo para os analistas. Além disso, as capacitações técnicas desenvolvidas para o EAD Fiscalização Ambiental também poderão ser utilizadas para capacitar as unidades de processamento. Esse EAD envolverá temáticas recursos hídricos, atividades potencialmente poluidoras, fauna, flora, pesca e estratégia. As dúvidas estritamente técnicas tem sido encaminhadas para as unidades específicas. A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a Sefis, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0012562/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005893/2021-08; 1370.01.0004273/2021-38; 1370.01.0002085/2021-41; 1370.01.0035857/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-36; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84;1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74;1370.01.0001482/2020-29. Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.
33.2					Falta de capacitação	Não ter especificidade técnica quando necessário (Baixa qualificação técnica do analista)	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	11,64	ALTO	Não		11,64	ALTO	Não	SUFIS	Imediato	dez/19	: Foram realizadas duas reuniões de alinhamento com os coordenadores das unidades de processamento (Dainf, Nais das Suprams e Nais das Entidades Vinculadas) em 21/09/2020 e em 14/10/2020. Diversos pontos envolvendo o processamento de autos de infração foram abordados. As unidades de processamento mandaram suas dúvidas previamente e os pontos foram discutidos durante a reunião. As reuniões continuaram ocorrendo em 2021. A previsão é que ocorram trimestralmente. A próxima reunião deverá ocorrer em março de 2021. : Para subsidiar a atuação das unidades de processamento também foi reativado e ampliado o banco de Teses através do Portal DAINF, que concentra treinamentos, material, artigos e textos sobre diversos temas atinentes ao processamento dos autos de infração para servir de material de consulta e estudo para os analistas. Além disso, as capacitações técnicas desenvolvidas para o EAD Fiscalização Ambiental também poderão ser utilizadas para capacitar as unidades de processamento. Esse EAD envolverá temáticas recursos hídricos, atividades potencialmente poluidoras, fauna, flora, pesca e estratégia. : As dúvidas estritamente técnicas tem sido encaminhadas para as unidades específicas. A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a Sefis, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0012562/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005893/2021-08; 1370.01.0004273/2021-38; 1370.01.0002085/2021-41; 1370.01.0035857/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-36; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84;1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74;1370.01.0001482/2020-29. Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.
33.3					Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Prescrição	37,204	EXTREMO	Não		37,204	EXTREMO	Não	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
33.4					Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Responsabilização	13,18	ALTO	Não		13,18	ALTO	Não	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.

33.5					Baixo quantitativo de pessoas	Haver representamento de processos	Ações judiciais	24,412	ALTO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automaatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
33.6					Baixo quantitativo de pessoas	Haver representamento de processos	Reclamação do empreendedor	4,444	MÉDIO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automaatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
33.7					Baixo quantitativo de pessoas	Haver representamento de processos	Pressão sobre os servidores da área	9,088	MÉDIO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automaatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
33.8					Excesso de demandas da área técnica	Demora apoio técnico quando necessário	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	10,803	ALTO	Não		Criação de procedimento operacional padrão junto a área técnica para estabelecer uma rotina e prazos razoáveis para resposta.	SUCPRO	Imediato	dez/19	A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supcro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a SEFIS, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0012562/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005589/2021-08; 1370.01.0004273/2021-38; 1370.01.0002085/2021-41; 1370.01.0035857/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-16; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84; 1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74; 1370.01.0001482/2020-29. Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.
33.9					Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Prescrição	27,903	ALTO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. : Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
33.10					Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Responsabilização	9,885	MÉDIO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. : Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
33.11					Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Ações judiciais	18,309	ALTO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	: Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. : Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
33.12					Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Reclamação do empreendedor	3,333	MÉDIO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	: Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.

33.13					Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimento de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Pressão sobre os servidores da área	6,816	MÉDIO	Não		Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	<p>: Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos autos de infração.</p> <p>Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual.</p> <p>: Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.</p>
33.14					Baixa qualificação técnica do analista	Dificuldade para contestar a defesa	Pareceres incompletos gerando retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	10,803	ALTO	Não		Capacitação dos servidores das unidades de processamento. Criação de cursos para capacitação dos servidores de maneira contínua, com métodos formais de ensino e fixação do conhecimento.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>Foram realizadas duas reuniões de alinhamento com os coordenadores das unidades de processamento (Dainf, Nais das Suprams e Nais das Entidades Vinculadas) em 21/09/2020 e em 14/10/2020. Diversos pontos envolvendo o processamento de autos de infração foram abordados. As unidades de processamento mandaram suas dúvidas previamente e os pontos foram discutidos durante a reunião. As reuniões continuarão ocorrendo em 2021. A previsão é que ocorram trimestralmente. A próxima reunião deverá ocorrer em março de 2021.</p> <p>Para subsidiar a atuação das unidades de processamento também foi reativado e ampliado o banco de Teses através do Portal DAINF, que concentra treinamentos, material, artigos e textos sobre diversos temas atinentes ao processamento dos autos de infração para servir de material de consulta e estudo para os analistas. Além disso, as capacitações técnicas desenvolvidas para o EAD Fiscalização Ambiental também poderão ser utilizadas para capacitar as unidades de processamento. Esse EAD envolverá temáticas recursos hídricos, atividades potencialmente poluidoras, fauna, flora, pesca e estratégia.</p> <p>: As dúvidas estritamente técnicas tem sido encaminhadas para as unidades específicas. A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supcro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a SEFIS, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0015625/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005589/2021-08; 1370.01.0004273/2021-36; 1370.01.0002085/2021-41; 1370.01.0035857/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-16; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84; 1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74; 1370.01.0001482/2020-29.</p> <p>Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.</p>
34.1					Formação política do órgão colegiado	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Anulações desmotivadas	37,204	EXTREMO	Não		Alteração do Decreto 47.042/2016 e 47.383/2018 para revisar as competências dos órgãos colegiados, tentando manter a maior parte dos atos processuais dentro da própria secretaria. Isso seria obtido elevando o valor mínimo de uma multa aplicada que levaria o processo a ser julgado pelos órgãos colegiados.	DANOR	jan/20	dez/19	<p>Houve a alteração proposta através do Decreto 47.787/2019 que redefiniu a amplitude das competências decisórias das autoridades da Semad, ampliando o número de processos decididos em duas instâncias dentro da própria Secretaria uma vez que compete agora, à Superintendencia de Controle Processual da Sede e aos Diretores de Controle Processual das Suprams decidir sobre as defesas interpostas quanto à atuação e à aplicação de penalidades previstas na legislação, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs (Art. 25, Parágrafo Único, Incisos I e II e Art. 54 Parágrafo 2º do Decreto Estadual 47.787/2019).</p> <p>Art. 25</p> <p>Parágrafo único – Compete ao Superintendente de Controle Processual:</p> <p>I – decidir sobre as defesas interpostas quanto à atuação e à aplicação de penalidades previstas na legislação, em relação aos autos de infração descritos no inciso II do caput, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs;</p> <p>II – decidir sobre pedidos de parcelamento referentes às penalidades de multa pecuniária, nos termos do Decreto nº 46.668, de 2014, bem como proferir demais decisões incidentais tomadas no âmbito dos processos administrativos de autos de infração descritos no inciso II do caput e cujo valor original da multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs.</p> <p>Art. 54</p> <p>§ 2º – Compete ao Diretor Regional de Controle Processual decidir sobre as defesas interpostas quanto à atuação e à aplicação de penalidades previstas na legislação, sobre os pedidos de parcelamento, nos termos do Decreto nº 46.668, de 2014, e demais questões incidentais, nos processos de autos de infração descritos no inciso III deste artigo, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs.</p>
34.2	COPAM decide Processo				Formação política do órgão colegiado	Julgamento não se basear em pressupostos técnicos e jurídicos	Decisões em desconformidade com a legislação.	37,204	EXTREMO	Não		Alteração do Decreto 47.042/2016 e 47.383/2018 para revisar as competências dos órgãos colegiados, tentando manter a maior parte dos atos processuais dentro da própria secretaria. Isso seria obtido elevando o valor mínimo de uma multa aplicada que levaria o processo a ser julgado pelos órgãos colegiados.	DANOR	jan/20	dez/19	<p>Houve a alteração proposta através do Decreto 47.787/2019 que redefiniu a amplitude das competências decisórias das autoridades da Semad, ampliando o número de processos decididos em duas instâncias dentro da própria Secretaria uma vez que compete agora, à Superintendencia de Controle Processual da Sede e aos Diretores de Controle Processual das Suprams decidir sobre as defesas interpostas quanto à atuação e à aplicação de penalidades previstas na legislação, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs (Art. 25, Parágrafo Único, Incisos I e II e Art. 54 Parágrafo 2º do Decreto Estadual 47.787/2019).</p> <p>Art. 25</p> <p>Parágrafo único – Compete ao Superintendente de Controle Processual:</p> <p>I – decidir sobre as defesas interpostas quanto à atuação e à aplicação de penalidades previstas na legislação, em relação aos autos de infração descritos no inciso II do caput, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs;</p> <p>II – decidir sobre pedidos de parcelamento referentes às penalidades de multa pecuniária, nos termos do Decreto nº 46.668, de 2014, bem como proferir demais decisões incidentais tomadas no âmbito dos processos administrativos de autos de infração descritos no inciso II do caput e cujo valor original da multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs.</p> <p>Art. 54</p> <p>§ 2º – Compete ao Diretor Regional de Controle Processual decidir sobre as defesas interpostas quanto à atuação e à aplicação de penalidades previstas na legislação, sobre os pedidos de parcelamento, nos termos do Decreto nº 46.668, de 2014, e demais questões incidentais, nos processos de autos de infração descritos no inciso III deste artigo, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs.</p>
35.1	Decisão Administrativa SEMAD				Acúmulo de trabalho da autoridade	Demora da autoridade competente em decidir	Demora na conclusão do processamento	9,47	MÉDIO	Não		Criação de um sistema próprio para o processamento de autos de infração, que substitui o atual CAP e contemple em seu desenvolvimento o processamento eletrônico de autos de infração, com todas as rotinas e módulos necessários para o esgotamento do processo. O sistema deverá contemplar a assinatura digital em bloco das autoridades competentes.	SUFIS	jan/20	dez/20	<p>: Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas são somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certificado firmado no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
36.1					Endereço incorreto	Não realização adequada da identificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta identificação	5,758	MÉDIO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta Institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>
36.2					Paralisação no contrato dos correios	Não realização adequada da identificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta identificação	17,274	ALTO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta Institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>
36.3	Cientifica o Autuado				Dificuldades na impressão da notificação	Não realização adequada da identificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Nulidade dos atos praticados e necessidade de proceder a correta identificação	11,516	ALTO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta Institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>

36.4					Endereço incorreto	Não realização adequada da identificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Consequências judiciais	6,103	MÉDIO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>
36.5					Paralisação no contrato dos correios	Não realização adequada da identificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Consequências judiciais	18,309	ALTO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>: Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>
36.6					Dificuldades na impressão da notificação	Não realização adequada da identificação (ex: realiza por edital antes da tentativa pelos correios)	Consequências judiciais	12,206	ALTO	Não		Busca por meios alternativos para viabilização de prestação de serviços e fornecimento de materiais. Criação do sistema informatizado que reduziria a necessidade de tramitação física dos processos, consequentemente reduzindo a necessidade de material de escritório, impressão e correios. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2.808/2019 já permite a identificação do autuado via e-mail ou whatsapp, mediante adesão.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>A Resolução Conjunta Semad/FEAM/IGAM/IEF nº 2808 de 22/05/2019 foi revogada pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.002, de 08/09/2020, que traz fluxos e diretrizes mais claras, simplificadas e adequadas à identificação realizada por aplicativo de mensagem instantânea "WhatsApp" e por e-mail. A nova Resolução Conjunta institui o procedimento de identificação digital da lavratura de auto de fiscalização, de auto de infração e de notificação para regularização, expedidos por meio de sistema informatizado, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A ideia é que a identificação digital para os processos administrativos de autos de infração seja ampliada quando houver a implantação do sistema de processamento digital de autos de infração.</p> <p>Os núcleos de autos de infração das Suprams foram abastecidos em 2020 com materiais excedentes da Diretoria de Autos de Infração adquiridos através de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Liasa).</p>
37.1	Análise de Recursos na SEMAD				Falta de qualificação técnica sobre o assunto	Não ter especificidade técnica quando necessário	Pareceres incompletos com retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	11,64	ALTO	Não		Capacitação dos servidores das unidades de processamento. Criação de cursos para capacitação dos servidores de maneira contínua, com métodos formais de ensino e fixação do conhecimento.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>Foram realizadas duas reuniões de alinhamento com os coordenadores das unidade de processamento (Dainf, Nais das Suprams e Nais das Entidades Vinculadas) em 21/09/2020 e em 14/10/2020. Diversos pontos envolvendo o processamento de autos de infração foram abordados. As unidades de processamento mandaram suas dúvidas previamente e os pontos foram discutidos durante a reunião. As reuniões continuarão ocorrendo em 2021. A previsão é que ocorram trimestralmente. A próxima reunião deverá ocorrer em março de 2021. : Para subsidiar a atuação das unidades de processamento também foi reativado e ampliado o banco de Teses através do Portal DAINF, que concentra treinamentos, material, artigos e textos sobre diversos temas atinentes ao processamento dos autos de infração para servir de material de consulta e estudo para os analistas. Além disso, as capacitações técnicas desenvolvidas para o EAD Fiscalização Ambiental também poderão ser utilizadas para capacitar as unidades de processamento. Esse EAD envolverá temáticas recursos hídricos, atividades potencialmente poluidoras, fauna, flora, pesca e estratégia. DAINF/SUCPRO: As dúvidas estritamente técnicas tem sido encaminhadas para as unidades específicas. A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supcro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a SEFIS, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0012562/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005589/2021-08; 1370.01.0004273/2021-38; 1370.01.0000085/2021-41; 1370.01.0035887/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-16; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84;1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74;1370.01.0001482/2020-29.</p> <p>Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.</p>
37.2					Falta de capacitação	Não ter especificidade técnica quando necessário	Pareceres incompletos com retrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	11,64	ALTO	Não		Capacitação dos servidores das unidades de processamento. Criação de cursos para capacitação dos servidores de maneira contínua, com métodos formais de ensino e fixação do conhecimento.	SUFIS	Imediato	dez/19	<p>: Foram realizadas duas reuniões de alinhamento com os coordenadores das unidade de processamento (Dainf, Nais das Suprams e Nais das Entidades Vinculadas) em 21/09/2020 e em 14/10/2020. Diversos pontos envolvendo o processamento de autos de infração foram abordados. As unidades de processamento mandaram suas dúvidas previamente e os pontos foram discutidos durante a reunião. As reuniões continuarão ocorrendo em 2021. A previsão é que ocorram trimestralmente. A próxima reunião deverá ocorrer em março de 2021. DAINF/SUCPRO: Para subsidiar a atuação das unidades de processamento também foi reativado e ampliado o banco de Teses através do Portal DAINF, que concentra treinamentos, material, artigos e textos sobre diversos temas atinentes ao processamento dos autos de infração para servir de material de consulta e estudo para os analistas. Além disso, as capacitações técnicas desenvolvidas para o EAD Fiscalização Ambiental também poderão ser utilizadas para capacitar as unidades de processamento. Esse EAD envolverá temáticas recursos hídricos, atividades potencialmente poluidoras, fauna, flora, pesca e estratégia. DAINF/SUCPRO: As dúvidas estritamente técnicas tem sido encaminhadas para as unidades específicas. A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supcro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a SEFIS, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0012562/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005589/2021-08; 1370.01.0004273/2021-38; 1370.01.0000085/2021-41; 1370.01.0035887/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-16; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84;1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74;1370.01.0001482/2020-29.</p> <p>Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.</p>
37.3					Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Prescrição	37,204	EXTREMO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certificado firmado no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
37.4					Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Responsabilizaçã o	13,18	ALTO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certificado firmado no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>
37.5					Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Ações judiciais	24,412	ALTO	Não		Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	<p>Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certificado firmado no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.</p>

37.6						Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Reclamação do empreendedor	4,444	MÉDIO	Não				Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
37.7						Baixo quantitativo de pessoas	Haver represamento de processos	Pressão sobre os servidores da área	9,088	MÉDIO	Não				Viabilização de acréscimo de mão de obra, seja através da cessão de servidores interessados em outras secretarias e órgãos do governo, novos estagiários, redistribuição de servidores existentes no âmbito da SEMAD. Automatização de funções com a criação do sistema, liberando pessoal que desempenhava funções inerentes ao processamento físico dos autos de infração para outras tarefas, garantindo acréscimo de produtividade.	SUFIS	jun/20	dez/20	Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A (1370.01.0048483/2020-53). O Supermercado Bahamas S/A, por meio do acordo a ser firmado, a título de compensação pelos danos ambientais decorrentes da construção do Supermercado Bahamas Mix em área de preservação permanente obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial que ocorrerá conforme previsão atual até Junho/21. Esse valor não é suficiente para realizar o desenvolvimento integral do Sistema de Processamento de autos de infração, mas tão somente seus módulos iniciais. O custo total para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Conforme Certidão firmada no processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53 a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, sendo que será realizado complementarmente o aporte de recursos oriundos do acordo com a Vale S.A. assinado em Fevereiro/21, com a conclusão total do sistema até Dezembro de 2022.
37.8						Excesso de demandas da área técnica	Demora apoio técnico quando necessário	Pareceres incompletos com reatrabalho na elaboração do parecer e acúmulo de passivo	10,803	ALTO	Não				Criação de procedimento operacional padrão junto a área técnica para estabelecer uma rotina e prazos razoáveis para resposta.	SUCPRO	Imediato	dez/19	A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supcro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a SEFIS, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria. Encaminhamos, apenas exemplificativamente, a relação de processos encaminhados à área técnica. Alguns processos estão ainda em tramitação e outros processos já foram concluídos: 1370.01.0047975/2020-92; 1370.01.0000009/2021-27; 1370.01.0037375/2020-45; 1370.01.0014328/2020-59; 1370.01.0038831/2020-18; 1370.01.0001273/2021-43; 1370.01.0002253/2021-64; 1370.01.0000006/2021-11; 1370.01.0052796/2020-02; 1370.01.0059128/2020-49; 1370.01.0052567/2020-74; 1370.01.0043119/2020-60; 1370.01.0043121/2020-06; 1370.01.0043117/2020-17; 1370.01.0021448/2020-73; 1370.01.0043113/2020-28; 1370.01.0041585/2020-59; 1370.01.0029366/2020-75; 1370.01.0021433/2019-93; 1370.01.0043123/2020-49; 1370.01.0021401/2020-81; 1370.01.0043082/2020-89; 1370.01.0043094/2020-56; 1370.01.0012562/2019-20; 1370.01.0037373/2020-02; 1370.01.0037370/2020-83; 1370.01.0043115/2020-71; 1370.01.0041251/2020-56; 1370.01.0002247/2020-35; 1370.01.0002585/2020-27; 1370.01.0020470/2020-95; 1370.01.0005276/2020-23; 1370.01.0023337/2020-92; 1370.01.0024165/2020-46; 1370.01.0010774/2019-87; 1370.01.0005979/2021-51; 1370.01.0005589/2021-08; 1370.01.0004273/2021-38; 1370.01.0002085/2021-41; 1370.01.0035857/2020-97; 1370.01.0000141/2021-52; 1370.01.0000013/2021-16; 1370.01.0000010/2021-97; 1370.01.0000007/2021-81; 1370.01.0000008/2021-54; 1370.01.0058166/2020-27; 1370.01.0054411/2020-47; 1370.01.0052416/2020-77; 1370.01.0036397/2020-67; 1370.01.0049519/2020-17; 1370.01.0047580/2020-87; 1370.01.0012962/2019-84; 1370.01.0007817/2020-92; 1370.01.0021377/2019-53; 1370.01.0004905/2020-49; 1370.01.0035047/2020-45; 1370.01.0031651/2020-72; 1370.01.0001545/2020-74; 1370.01.0001482/2020-29. Os processos foram indicados apenas exemplificativamente, para demonstrar a rotina estabelecida com a área técnica para o atendimento de pedido de informações relacionadas à análise dos processos administrativos de autos de infração.
37.9						Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimen to de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Prescrição	27,903	ALTO	Não				Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	: Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. : Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. : Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
37.10						Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimen to de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Responsabilizaçã o	9,885	MÉDIO	Não				Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	: Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. : Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
37.11						Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimen to de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Ações judiciais	18,309	ALTO	Não				Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. : Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
37.12						Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimen to de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Reclamação do empreendedor	3,333	MÉDIO	Não				Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. : Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. : Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
37.13						Falta de gestão institucional de pessoas (cobrança de desempenho e perfil de trabalho)	Dispersão e descomprometimen to de alguns servidores com desenvolvimento das atividades	Pressão sobre os servidores da área	6,816	MÉDIO	Não				Foram criados indicadores que permitem a avaliação do desempenho individual dos servidores através da avaliação das suas atividades, verificando o tempo gasto e a quantidade de entregas. Os indicadores contemplam todas as funções realizadas pela unidade de processamento e atribui peso a cada atividade. Realização de trabalho individualizado com os servidores por intermédio de reuniões mensais. Gestão de pessoas desempenhada pelos gestores das unidades. Participação mais efetiva dos gestores no planejamento das rotinas administrativas das unidades, através da criação de POPs, instruções de serviço, indicadores que possibilitem maior organização dos processos. Implantação em nível institucional de ferramentas de gestão de pessoas mais eficientes.	DAINF	Em andamento	Contínuo	Estamos trabalhando continuamente na melhoria de fluxos, ajustes em procedimentos, modernização de normas, criação de ferramentas, etc., tudo com o objetivo de dar maior celeridade à tramitação dos processos administrativos de autos de infração. Houve o desenvolvimento de novas ferramentas e novos procedimentos, sobretudo destacado no Documento denominado "Manual de Procedimentos Administrativos Da Diretoria de Autos de Infração". Este manual foi divulgado entre as equipes de processamento dos autos de infração e visa unificar os procedimentos adotados, indicando ferramentas e formas de execução das tarefas de maneira eficiente. A Superintendência de Controle Processual - Supcro atua também na realização de constantes alinhamentos com os Núcleos de Autos de Infração das Suprams, com a Advocacia Geral do Estado - AGE e com a Polícia Militar de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias na dinâmica de processamento dos autos de infração, a fim de diminuir a incidência de falhas e reduzir o tempo de tramitação dos processos. : Além disso, a DAINF continua trabalhando na gestão de pessoas, realizando o acompanhamento dos servidores e a evolução da produtividade individual. Houve a ampliação do uso da Plataforma Web de Autos de Infração, antes utilizada apenas pelas regionais, que permitirá maior monitoramento sobre as atividades dos servidores, acompanhamento dos indicadores existentes e criação de novos.
37.14						Falta de capacitação	Baixa qualificação técnica do analista	Pareceres incompletos com reatrabalho na elaboração do parecer e	10,803	ALTO	Não				Capacitação dos servidores das unidades de processamento. Criação de cursos para capacitação dos servidores de maneira contínua, com métodos formais de ensino e fixação do conhecimento.	SUFIS	jan/20	dez/20	Foram realizadas duas reuniões de alinhamento com os coordenadores das unidades de processamento (DAINF, NALS das Suprams e NALS das Entidades Vinculadas) em 21/09/2020 e em 14/10/2020. Diversos pontos envolvendo o processamento de autos de infração foram abordados. As unidades de processamento mandaram suas dúvidas previamente e os pontos foram discutidos durante a reunião. As reuniões continuarão ocorrendo em 2021. A previsão é que ocorram trimestralmente. A próxima reunião deverá ocorrer em março de 2021. Para subsidiar a atuação das unidades de processamento também foi reativado e ampliado o banco de Teses através do Portal DAINF, que concentra treinamentos, material, artigos e textos sobre diversos temas atinentes ao processamento dos autos de infração para servir de material de consulta e estudo para os analistas. Além disso, as capacitações técnicas desenvolvidas para o EAD Fiscalização Ambiental também poderão ser utilizadas para capacitar as unidades de processamento. Esse EAD envolverá temáticas recursos hídricos, atividades potencialmente poluidoras, fauna, flora, pesca e estratégia. DAINF/SUCPRO: As dúvidas estritamente técnicas tem sido encaminhadas para as unidades específicas. A partir de maio de 2020 foi estabelecida, entre Superintendência de Controle Processual - Supcro e Superintendência de Fiscalização - Sefis, uma rotina prática de trabalho, através do trâmite de processos no SEI, que tem garantido maior agilidade nas respostas. Os processos SEI são remetidos para a SEFIS, contendo a demanda de esclarecimento técnico, a fim de viabilizar a análise da defesa/recurso. Essa rotina prática de teve início em maio de 2020 e foi resultado de reunião gerencial da Subsecretaria.

[illegible]

41.1	Tratamento das Demais Penalidades				Informação não chega aos outros setores	Não haver andamento das ações posteriores	Tratamento das penalidades fica pendente	28,792	EXTREMO	Não		Criação de instrução de serviços e regulamentações acerca do processamento das demais penalidades. Alteração do Decreto 47.383/2018 para regulamentar a penalidade de Demolição de Obra.	SUCPRO	jan/20	dez/20	<p>: A alteração realizada no Decreto nº 47.383/2018, em 2020, trouxe regras mais claras para o processamento da penalidade de demolição de obra, estabelecendo um fluxo e um procedimento específicos para ela. As alterações promovidas estão no art. 107 do Decreto e já podem ser aplicadas imediatamente. As orientações mais detalhadas constarão na revisão da Instrução de Serviços nº 03/2018 e na nova instrução de serviços de análise de autos de infração com defesa administrativa.</p> <p>Uma nova alteração do Decreto 47.383/2018 está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASIUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASIUR iniciou a elaboração de Nota Técnica, Previsão de conclusão: junho de 2021. Não haverá novas alterações quanto a penalidade de demolição de obra.</p> <p>Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p>
41.2					Não há cobrança deste resultado	Não haver andamento das ações posteriores	Tratamento das penalidades fica pendente	28,792	EXTREMO	Não		Criação de instrução de serviços e regulamentações acerca do processamento das demais penalidades. Alteração do Decreto 47.383/2018 para regulamentar a penalidade de Demolição de Obra.	SUCPRO	jan/20	dez/20	<p>: A alteração realizada no Decreto nº 47.383/2018, em 2020, trouxe regras mais claras para o processamento da penalidade de demolição de obra, estabelecendo um fluxo e um procedimento específicos para ela. As alterações promovidas estão no art. 107 do Decreto e já podem ser aplicadas imediatamente. As orientações mais detalhadas constarão na revisão da Instrução de Serviços nº 03/2018 e na nova instrução de serviços de análise de autos de infração com defesa administrativa.</p> <p>Uma nova alteração do Decreto 47.383/2018 está programada para 2021. A tramitação da proposta de alteração do Decreto 47.383/2018 está sendo realizada através do processo SEI nº 1370.01.0030242/2020. A SUFIS fez o encaminhamento da minuta de alteração do para o Gabinete Semad em 25 de janeiro de 2021. O NUNOP, por sua vez, remeteu o expediente à ASIUR em 27/01/2021. Verifica-se pelo andamento do processo SEI que a ASIUR iniciou a elaboração de Nota Técnica, Previsão de conclusão: junho de 2021. Não haverá novas alterações quanto a penalidade de demolição de obra.</p> <p>Há o planejamento para que a Instrução de Serviço nº 03 seja revisada após a alteração do Decreto nº 47.383, além da criação de uma nova Instrução de Serviços. A IS nº 03 será revisada após a alteração do Decreto nº 47.383/2018 que está pendente de avaliação pelo Nunop e Asjur. Desse modo, caso a publicação do decreto de alteração ocorra até junho de 2021, conforme estipulado, a revisão da IS nº 03/2018 deverá ser efetivada até setembro de 2021 e a publicação da nova IS de processamento de autos de infração com defesa deverá ocorrer até dezembro de 2021.</p>